



## Relatório anual e Demonstrações financeiras DO EXERCÍCIO FINDO A 30 DE JUNHO DE 2020



---

**Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA**

Av. Julius Nyerere, nº4003

Tel. 21 498257, 21 498260 – Fax: 21 498262

[www.cmh.co.mz](http://www.cmh.co.mz)

Maputo, Moçambique

**Relatório e Contas  
do exercício findo a 30 de Junho de 2020**

**Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A**

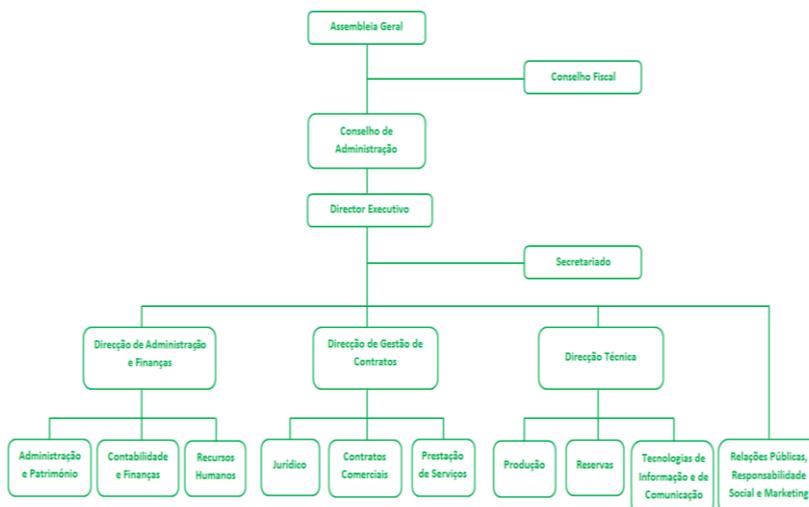
## ÍNDICE

	<b>PÁGINA</b>
I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE	1
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	38
V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	39
VI. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	44
VII. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	45
VIII. DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	46
IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	47
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48

## I. INFORMAÇÕES DA ENTIDADE

<b>Nome da Entidade:</b>	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH,SA)		
<b>Número de Registo Comercial:</b>	13 259		
<b>NUIT:</b>	400 102 961		
<b>Conselho de Administração:</b>	<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>Assembleia Geral:</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>Jahir Adamo (Presidente do Conselho de Administração)</li><li>Fernando Faustino (Administrador)</li><li>Tavares Martinho (Administrador)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Ismael Júnior (Presidente)</li><li>Afonso Mabica (Vogal)</li><li>Filipe Masquil (Vogal)</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>Fortunato Albrinho (Presidente)</li><li>Marta Pecado (Secretária)</li><li>Iolanda Matsinhe (Secretária)</li></ul>	
<b>Director Executivo:</b>	Estêvão Pale		
<b>Accionistas:</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%)</li><li>Governo de Moçambique (20%)</li><li>Investidores Privados Nacionais (10%)</li></ul>		
<b>Capital Social:</b>	MT 593 411 500 (USD 25 286 649)		
<b>Número de Acções:</b>	5 934 115 (593 411 de acções cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique)		
<b>Auditores:</b>	KPMG Auditores e Consultores, S.A.		
<b>Endereço:</b>	Av. Julius Nyerere, nº 4003, Bairro da Polana Caniço “A” Maputo – Moçambique		
<b>Bancos:</b>	Standard Bank da Africa do Sul, Barclays Moçambique e FNB Moçambique		
<b>País de Constituição:</b>	A CMH, SA foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.		
<b>Visão da CMH:</b>	Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infraestrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado Moçambicano.		
<b>Missão da CMH:</b>	Maximizar o valor para os accionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.		

### Estrutura da CMH:



## II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Temos o prazer de apresentar as demonstrações financeiras auditadas bem como o Relatório de Gestão para o exercício findo a 30 de Junho de 2020.

Este exercício financeiro foi caracterizado por baixos volumes de vendas de gás natural e condensado seguidos por baixos preços de gás natural e condensado que afectaram negativamente as nossas receitas em comparação com o exercício anterior. A redução do volume de vendas e dos preços foi agravada pela pandemia de Covid-19, tendo o Brent, no mercado internacional, atingido preços negativos no último trimestre do ano.

Durante este exercício financeiro, os nossos accionistas receberam mais dividendos quando comparado ao exercício anterior devido ao facto de termos reembolsado na íntegra os empréstimos com os nossos credores em Dezembro de 2019, o que contribuiu com a disponibilidade de caixa para os nossos accionistas.

Continuamos comprometidos em pagar níveis satisfatórios de dividendos aos nossos accionistas, apesar de a empresa ter muitos desafios técnicos e operacionais em termos de investimento em novos furos para sustentar o plateau e restaurar os furos de produção, que têm registado problemas de integridade, a fim de manter a actual capacidade de produção de gás, para satisfazer os contratos assinados.

Um dos principais desafios é a disponibilidade de reservas provadas, para assegurar o fornecimento do gás ao abrigo dos contratos assinados. Precisamos de investir em projectos adicionais de compressão de gás e furos adicionais para recuperar mais gás dos reservatórios de Pande e Temane, a fim de aumentar os volumes de gás a serem fornecidos, por forma a cobrir a quantidade total contratada, resolvendo assim o défice de reservas.

Pode-se verificar, através do nosso relatório e contas, que a CMH reportou um total do rendimento integral de USD 24 770 955, o que representou uma redução de cerca de 34% em comparação com os resultados do exercício de 2019, principalmente devido às baixas encomendas de gás natural e baixos volumes de condensado, bem como à queda do preço do petróleo no mercado internacional conforme acima mencionado.

Durante o presente exercício, a CMH pagou a título de impostos e contribuições fiscais um montante total de USD 24 812 939 ao Estado, dos quais 90% representam imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRPC), 9% dos impostos sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS) e 1% das contribuições destinadas à segurança social (INSS).

Em relação aos empréstimos, durante o presente exercício o montante total de USD 4 712 852 foi pago como serviço da dívida, que era o montante em dívida do total do empréstimo, sendo USD 4 562 622 relativos ao capital e USD 150 197 relativos a juros. Foram reembolsados integralmente os empréstimos em Dezembro de 2019. Na data de vencimento, expressamos a nossa gratidão aos nossos financiadores, AFD e DBSA, pela excelente cooperação e colaboração nos últimos 15 anos de vida dessas facilidades e, manifestamos o nosso interesse e disposição para continuar a manter a disciplina financeira, que vem sendo implementada e que nos permitiu cumprir com os nossos compromissos. Conseguimos honrar todos os nossos compromissos relacionados aos empréstimos e os nossos accionistas já estão a beneficiar de resultados positivos.

Considerando os estatutos da CMH, no dia 30 de Setembro de 2019, realizou-se a assembleia geral ordinária em que os acionistas da CMH aprovaram, em conformidade com a Política de Dividendos, a distribuição de 50% dos lucros líquidos. Durante o presente exercício, a CMH pagou aos seus accionistas um montante total de USD 49 306 723 a título de dividendos relativos aos anos financeiros 2018 e 2019, sendo que USD 9 070 000 foram pagos no dia 18 de Setembro de 2019, USD 36 131 000 foram pagos no dia 30 de Janeiro de 2020 e USD 4 105 723 foram pagos no dia 01 de Abril de 2020.

Relativamente à responsabilidade social empresarial (RSE), a CMH continua a dar o seu contributo para os projectos sociais no âmbito das operações conjuntas (JO), bem como, através de contribuições directas. No âmbito das Operações Conjuntas (JO), a CMH contribuiu com um montante de USD 230 038 e directamente com um montante total de USD 404 861 para a implementação de projectos sociais, principalmente na área de desenvolvimento comunitário, emergência, energia e educação, visando promover o desenvolvimento e bem-estar das comunidades moçambicanas.

De realçar que a pandemia de Covid-19 teve um impacto negativo nas actividades de investimento social devido às medidas de prevenção impostas. No entanto, esforços estão

sendo feitos para garantir o retorno de nossas intervenções com segurança.

No âmbito da operação conjunta, no que diz respeito ao conteúdo local, temos o compromisso de continuar implementando iniciativas que garantam a participação e o desenvolvimento local em nossas operações. Neste ano, excedemos as nossas metas de gastos totais com as aquisições de bens e serviços dos fornecedores locais, contribuindo para o aumento de emprego para os cidadãos moçambicanos.

As nossas acções no mercado de valores mobiliários - Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) continuaram a ser transaccionadas. Durante este ano financeiro, verificou-se uma variação do valor da acção da CMH de 1 200 para 2 750 Meticais. Apesar dessas variações do valor da acção, essa cotação ainda não reflecte o aumento do valor da empresa.

Em termos ambientais, temos o prazer de continuar a reportar, de modo geral, um bom desempenho, seguro e saudável pelo operador.

Continuámos a honrar todos os nossos compromissos observando boas práticas de gestão relacionado com dividendos, impostos e outras obrigações com outras partes interessadas, numa base regular.

Concluindo, gostaríamos de estender a nossa sincera gratidão e apreço a todos aqueles que continuaram a acreditar em nós e que têm apoiado a nossa empresa durante os tempos difíceis, especialmente os membros do Governo Moçambicano, os nossos accionistas, financiadores, parceiros, que sempre nos encorajaram a continuar a construir esta empresa como o veículo da participação de moçambicanos no empreendimento de gás natural de Pande & Temane.

Maputo, 27 de Agosto de 2020



Jahir Adamo

**Presidente do Conselho de Administração**

### III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras Auditadas e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2020.

#### 1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (*JO - Joint Operation*) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). São parceiros da operação conjunta, a Sasol Petroleum Temane (SPT), uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Exploration and Production International (SEPI), com participação de 70%, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), empresa pública, com participação de 25%, e o International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%. A SPT é a Operadora nos campos de Pande e Temane.

A operação conjunta (Consórcio) está a gerir e desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane (Moçambique) e a Central de Processamento (CP). O gás natural e condensado são produzidos nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e Pande, desde Junho de 2009. O gás depois de processado na CP é então transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea, transfronteiriço até a terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul. Na parte moçambicana o gasoduto compreende cinco pontos de toma para o mercado doméstico.

No projecto inicial, a CP havia sido projectado para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, principal cliente, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram em expandir a produção de Pande e Temane e da CP em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuído aos seguintes projectos no mercado moçambicano: ENH KOGAS com 6 MGJ/ano, Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) com 11 MGJ/ano, Matola Gas Company (MGC) com 8 MGJ/ano. Em 2015 foi atribuído à ENH um adicional de 2 MGJ/a e um total de 9 MGJ/a foi reservado para o

imposto sobre a produção de gás em espécie a ser pago ao Governo Moçambicano. A produção de condensado é vendida à Petromoc na CP e presentemente é transportado para o porto da Matola.

De modo a cumprir com as obrigações contratuais de fornecimento de gás, houve necessidade de se aumentar a capacidade de processamento das instalações da CP de 183 para 197 MGJ/ ano, através de um capital mínimo, efectuando pequenas modificações das instalações para que seja implementado o projecto de “*Projecto de Debottlenecking*” na central de processamento.

Como parte da extensão do período do *plateau*, foi executada a primeira fase de compressão de baixa pressão, tendo o projecto alcançado o seu fecho durante o ano financeiro de 2017. Os testes para funcionamento (RFC) da segunda fase foi alcançado e o início das operações (BO) em finais de Setembro de 2018. Os testes de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) da terceira fase do projecto de compressão de baixa pressão (LPC) foram alcançados durante este ano financeiro e o projecto já foi concluído.

No AF19, o primeiro furo horizontal do PPA (Pande - 27), para sustentar o *plateau (infill wells)* de 197PJ / ano, foi perfurado com sucesso.

Neste Ano financeiro de 30 de Junho de 2020, iniciou uma campanha de perfuração para os furos com problemas de integridade e os furos para sustentar o *plateau (infill wells)*.

## 2. Resultados e actividades no âmbito do Consórcio (JO)

### 2.1 Resultados obtidos no âmbito do Consórcio

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) do exercício findo a 30 de Junho de 2020, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) é de USD 72 978 570, conforme segue:

(USD)

Demonstração de Resultados - CMH 25%	AF20	AF19
	1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho
Receita bruta	88 405 223	96 801 421
Vendas: Gás Natural	86 659 892	93 601 145
Vendas: Condensado	1 745 331	3 200 276
Royalties (Gás Natural e Condensado)	(991 266)	(920 534)
Receita líquida após royalties	87 413 957	95 880 887
Despesas operacionais relacionadas à operação conjunta	(14 435 387)	(14 129 115)
<b>Resultados operacional da CMH na operação conjunta</b>	<b>72 978 570</b>	<b>81 751 772</b>

O resultado operacional da CMH na operação conjunta diminuiu 11% em relação ao exercício de 2019 (AF19). A redução deve-se principalmente as menores encomendas de gás natural e de baixos volumes de condensado, aliado aos efeitos da pandemia da Covid-19, bem como às despesas operacionais, que foram ligeiramente superiores em relação às registadas no AF19.

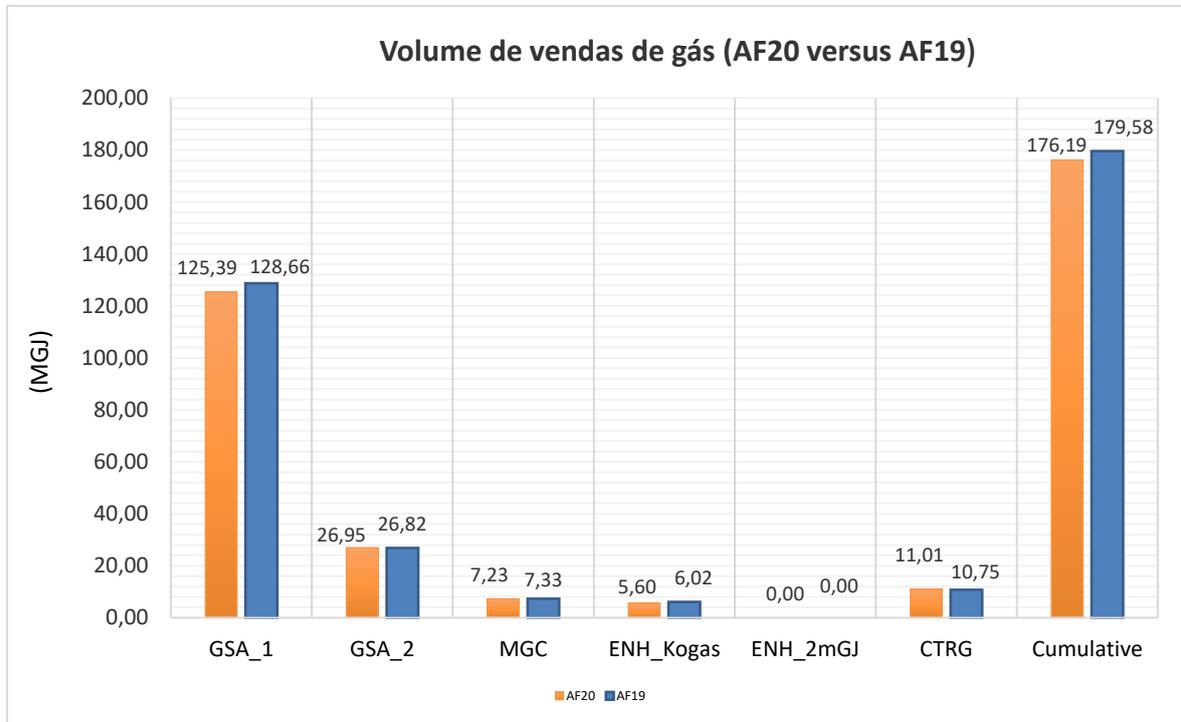
## 2.2 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

### 2.2.1 Vendas de Gás Natural e Condensado

O volume de Gás Natural e Condensado vendido no ano financeiro 2020 (AF20), findo em 30 de Junho de 2020, é o seguinte:

Volume de vendas da operação conjunta (100%)	Unidade	AF20	AF19	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	MGJ	125.39	128.66	-2.54
Gás Natural - GSA 2	MGJ	26.95	26.82	0.49
ENH-kogas	MGJ	5.60	6.02	-6.96
MGC	MGJ	7.23	7.33	-1.30
CTRG	MGJ	11.01	10.75	2.45
GSA ENH 2mGj	MGJ	-	-	-
<b>Cumulativo das vendas de gás</b>	<b>MGJ</b>	<b>176.19</b>	<b>179.58</b>	<b>-1.89</b>
Condensado	Bbl	295,621.14	353,178.46	-16.30
Imposto sobre a produção de petróleo	Unidade	AF20	AF19	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gas levado em espécie	MGJ	6.23	6.72	-7.21
Preço médio de vendas	Unidade	AF20	AF19	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	USD/GJ	2.16	2.40	-10.00
Gás Natural - GSA 2	USD/GJ	1.92	2.09	-8.25
ENH-kogas	USD/GJ	1.92	1.89	1.59
MGC	USD/GJ	1.92	1.37	40.15
CTRG	USD/GJ	2.59	2.54	1.97
GSA ENH 2mGj	USD/GJ	2.28	2.24	1.79
Condensado	USD/Bbl	21.64	36.08	-40.02

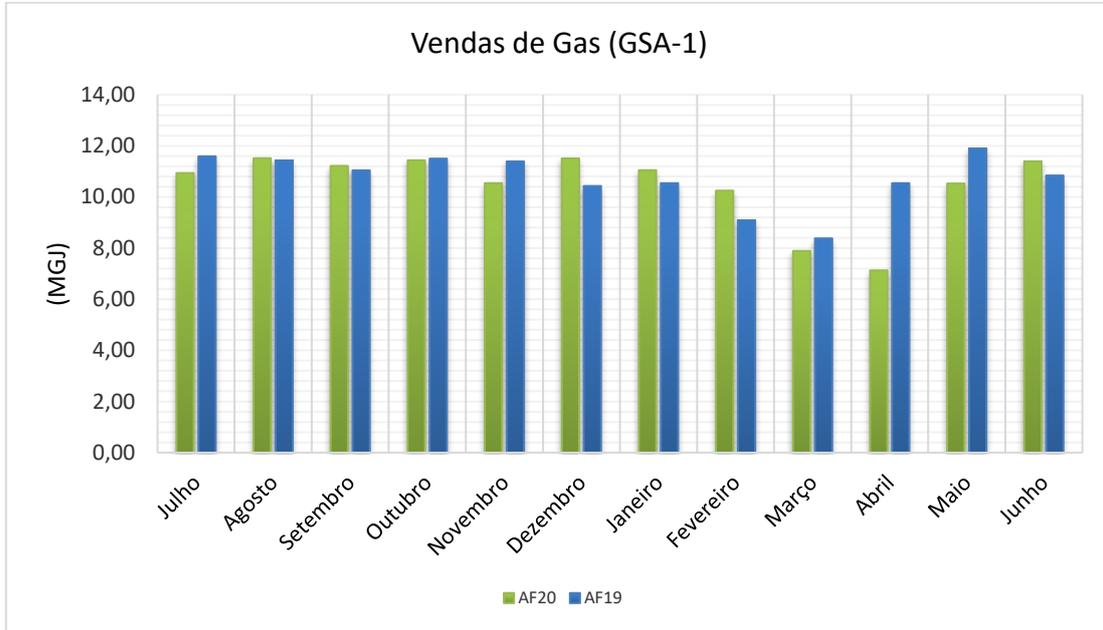
O gráfico abaixo ilustra os resultados apresentados na tabela acima em termos de volume de vendas de gás (AF20 versus AF19).



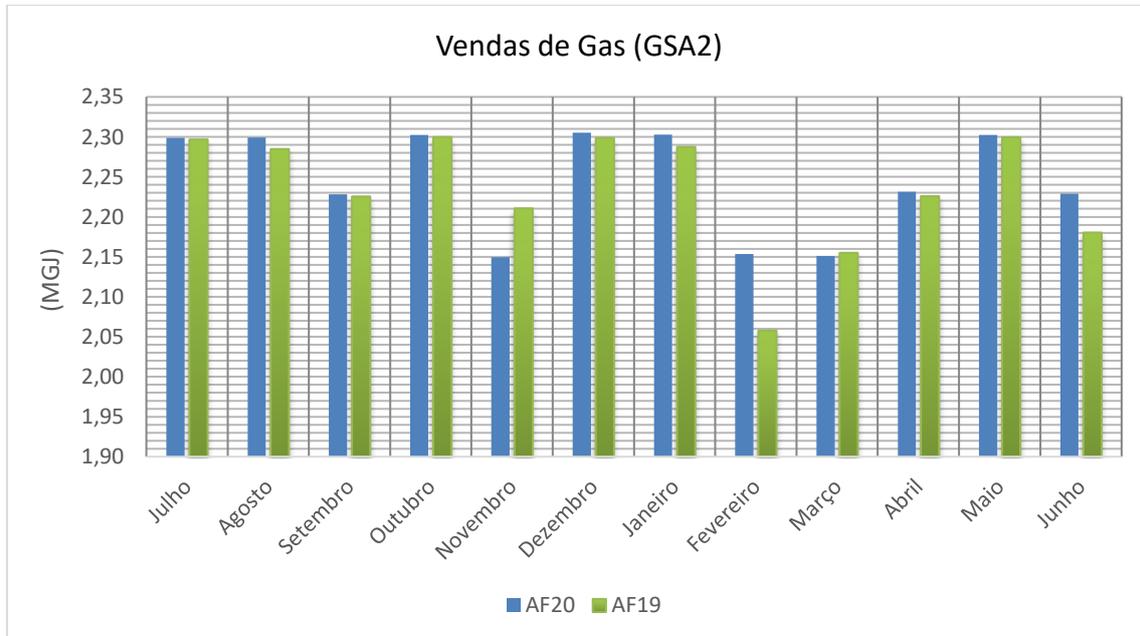
Como se pode ver a partir da tabela acima, o volume total de vendas de gás natural no ano financeiro 2020 (AF20) em média foi de 1.89% inferior em relação ao período anterior de 2019, devido às seguintes razões:

- Verificaram-se menores encomendas por parte das compradoras Sasol Gas (GSA1) e de alguns contratos domésticos (ENH Kogas e MGC), agravado também pelo facto de não haver registo de encomendas de fornecimento de gás desde o mês de Setembro de 2017 nos termos do contrato da ENH-2MGJ, devido à suspensão no levantamento de gás, o que também contribuiu para a redução do volume de vendas no período em apreço. Além disso, a eclosão global da pandemia da Covid-19, conjugado com a declaração do Estado de Emergência pelo Governo de Moçambique e a declaração do “Lockdown” na República de Africa do Sul também teve um impacto negativo no volume de vendas.
- Durante o período em apreço, a manutenção de rotina foi levada a cabo para minimizar as avarias no equipamento de produção, com o objectivo de reduzir paragens de produção na planta. Contudo, houve avarias de equipamento e paragens de produção, que não resultaram em perdas de produção na central de processamento (CP).

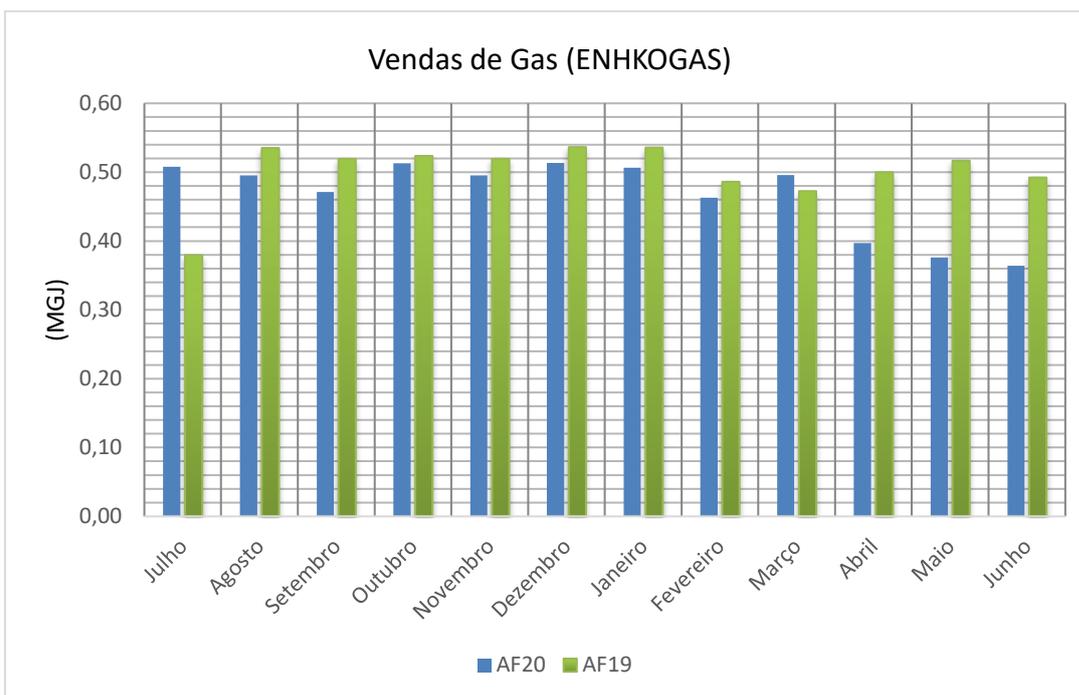
Os gráficos abaixo mostram a evolução da produção de gás e dos preços durante o ano financeiro 2020 (AF20) em relação ao período anterior de 2019 (AF19) tanto para o gás natural, como para o condensado.



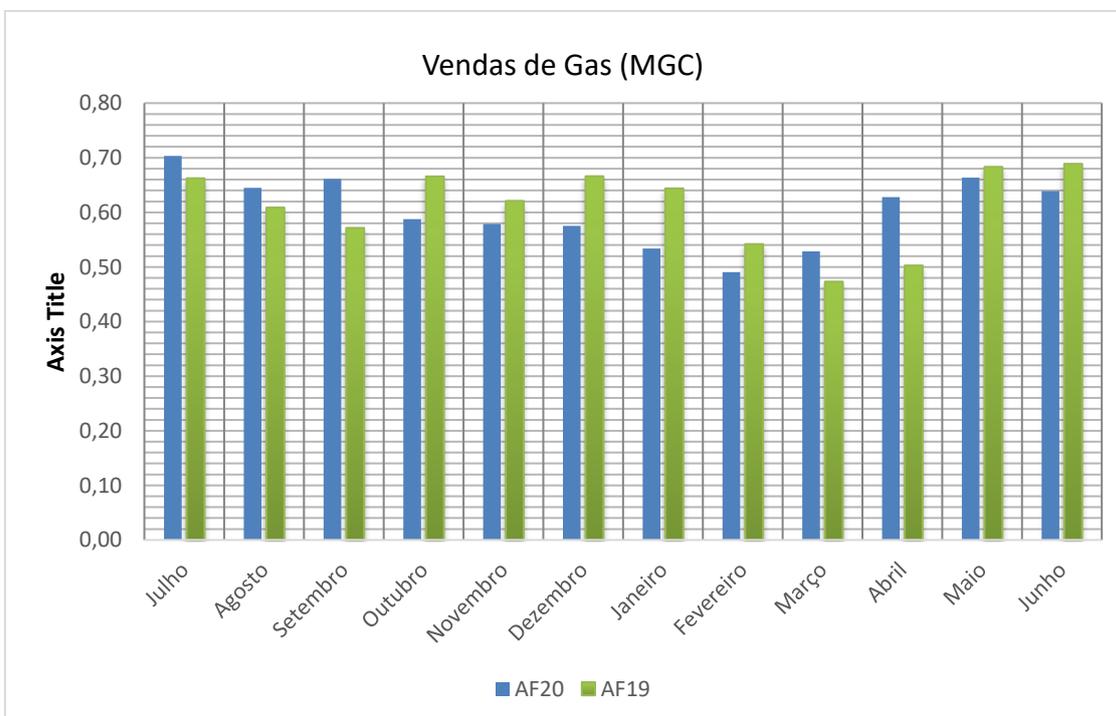
Pode-se ver no gráfico acima que no AF20, o volume de vendas de gás do contrato GSA1 foi 2.54% inferior em relação aos do AF19, devido a menores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.



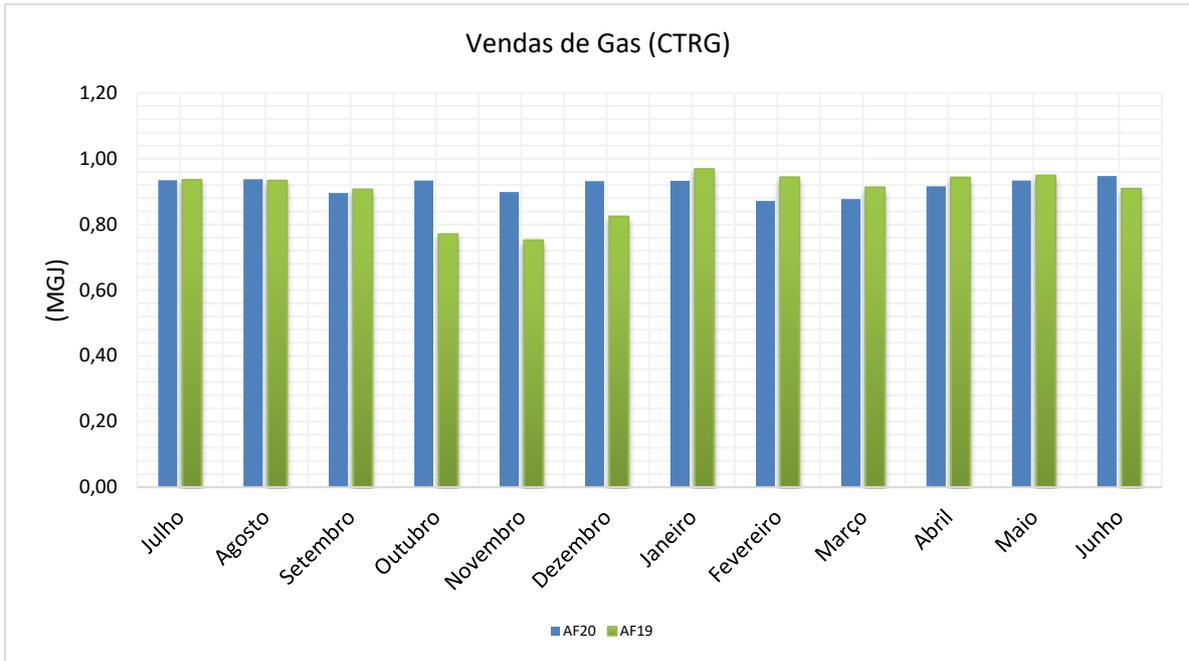
O volume de vendas nos termos do contrato GSA2, no AF20 foi 0.49% ligeiramente superior em relação ao período anterior (AF19), devido a maiores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.



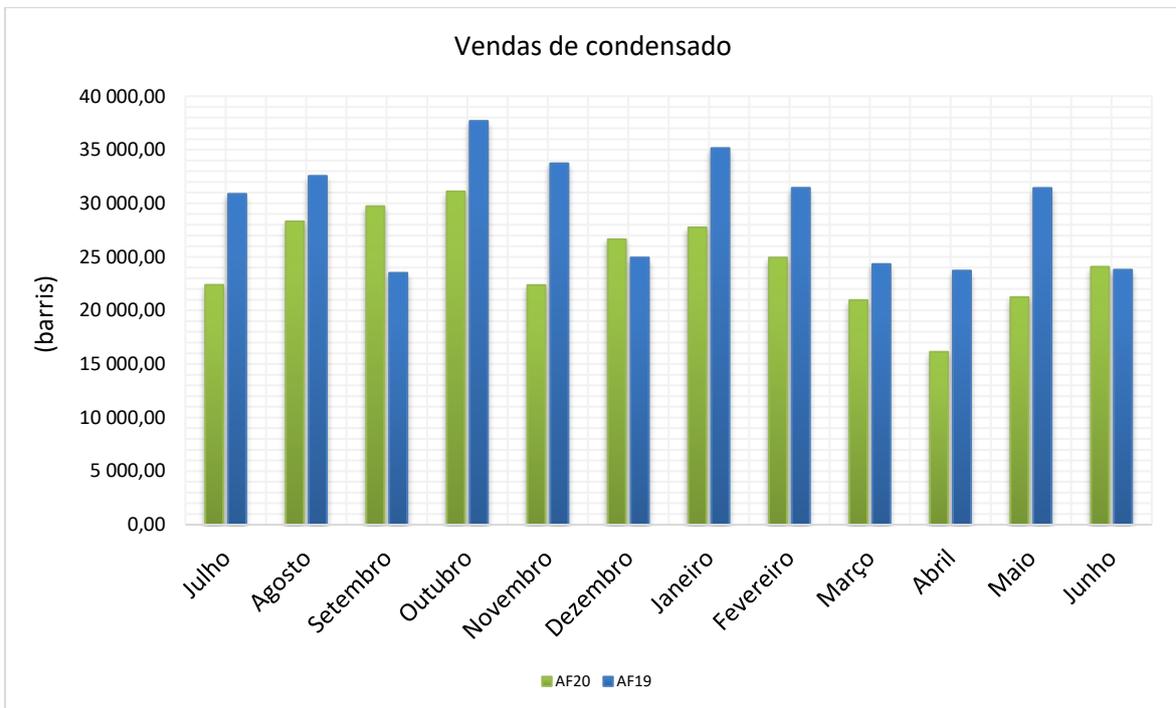
O volume de vendas nos termos de contrato da ENH-KOGAS do AF20 foi 6.96% inferior em relação ao período anterior (AF19), devido a menores encomendas de gás por parte da ENH-KOGAS.



O volume de vendas nos termos de contrato da MGC do AF20 foi 1.30% inferior em relação ao período anterior (AF19), devido a menores encomendas de gás por parte da MGC.



O volume de vendas nos termos de contrato da CTRG do AF20 foi 2.45% superior em relação ao período anterior (AF19), devido a maiores encomendas de gás por parte da CTRG.

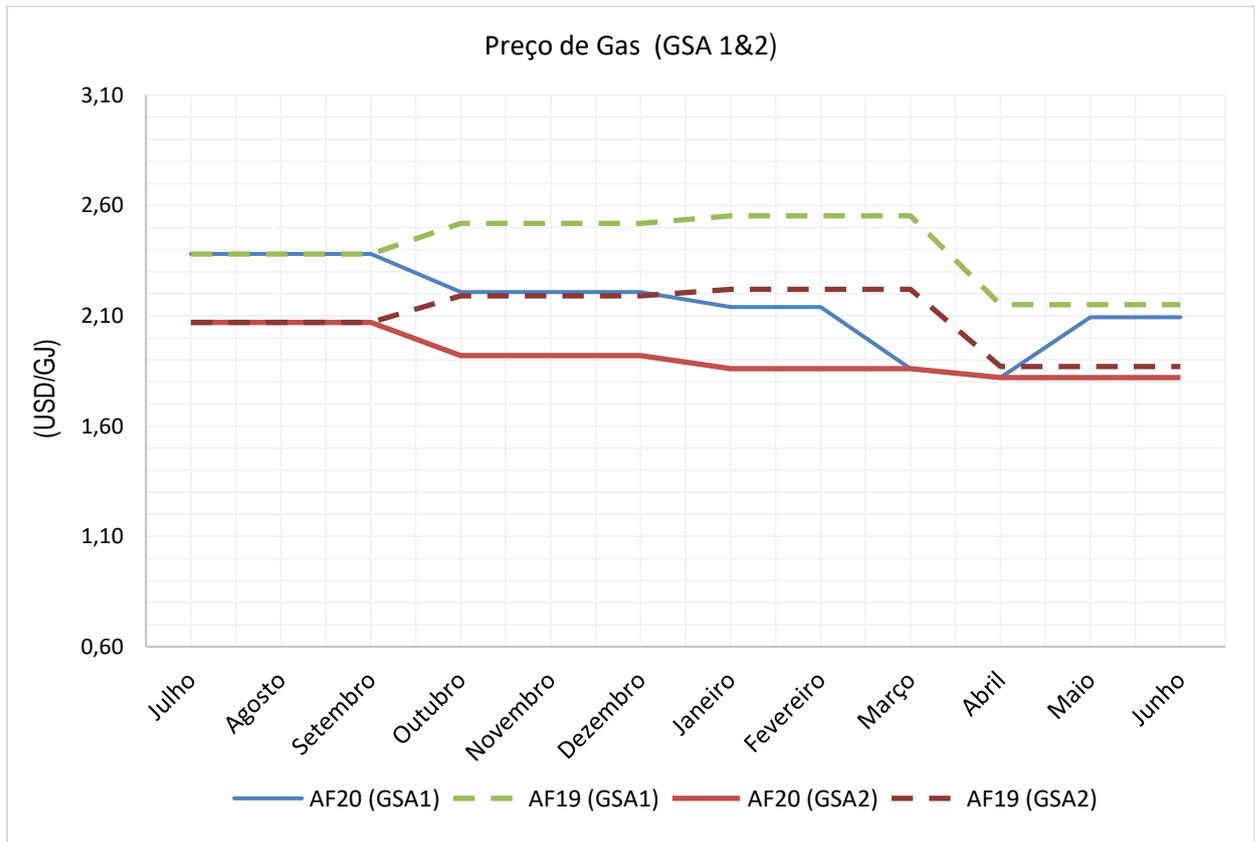


Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas inferior para o AF20 na ordem de 16.30% em relação ao período anterior de 2019 (AF19), devido à redução de produção do gás natural, aliado ao facto de a maior parte da produção ser proveniente dos furos de Pande, que contém poucos líquidos.

Além disso, os rácios de produção de condensado versus gás tem diminuído devido à depleção da pressão dos reservatórios, aliado ao facto de ter havido modificações na planta de processamento, através da instalação, em diferentes fases, de compressores de baixa pressão que agravaram a baixa produção de condensado.

### 2.2.2 Preço de Gás Natural e Condensado

No geral, os preços de venda do gás natural e de condensado para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2020 foram inferiores comparativamente ao AF19, devido à queda dos preços do petróleo no mercado internacional com impacto significativo no último trimestre do período em análise e devido à recessão económica mundial acentuada pela pandemia da Covid-19.



- A média ponderada do preço de gás natural para o GSA1 (incluindo as quantidades encomendadas em excesso) foi de USD2,16 por GJ, o que representa um decréscimo de 10.0% comparado com o AF19 (USD2,40 por GJ), devido à variação negativa dos indicadores de preço.

- A média ponderada do preço de gás natural para o GSA2 foi de USD1,92 por GJ que é 8,25% inferior em relação ao AF19 (USD2,09 por GJ), devido à variação negativa dos indicadores de preço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato com a ENH-KOGAS foi de USD1,92 por GJ que é 1,59% superior em relação ao AF19 (USD1,89 por GJ), devido à variação positiva dos índices de produção dos Estados Unidos (USA PPI).
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato com a MGC foi de USD1,92 por GJ que é 40,15% superior em relação ao AF19 (USD1,37/GJ), devido à remoção do “Cap e Collar” deste contrato em Junho de 2019, que contribuiu para o aumento do preço médio de gás relativamente ao período em análise, igualando desse modo ao preço do primeiro e do segundo contrato de venda de gás.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato com a CTRG foi de USD2,59 por GJ que é 1,97% superior em relação ao AF19 (USD2,54 por GJ), devido à variação positiva dos índices de produção dos Estados Unidos (USA PPI).
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato com a ENH-2mGJ foi de USD2,28 por GJ que é 1,79% superior em relação a AF19 (USD2,24 por GJ), devido à variação positiva dos índices de produção dos Estados Unidos (USA PPI).



- A média ponderada de preço de condensado no âmbito do Acordo de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos foi de USD21,64 por barril que é 40.02% inferior ao preço praticado no AF19 (USD36.08 por barril), devido, principalmente, à queda dos preços do petróleo bruto (Brent) no mercado internacional.

### 2.3 Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)

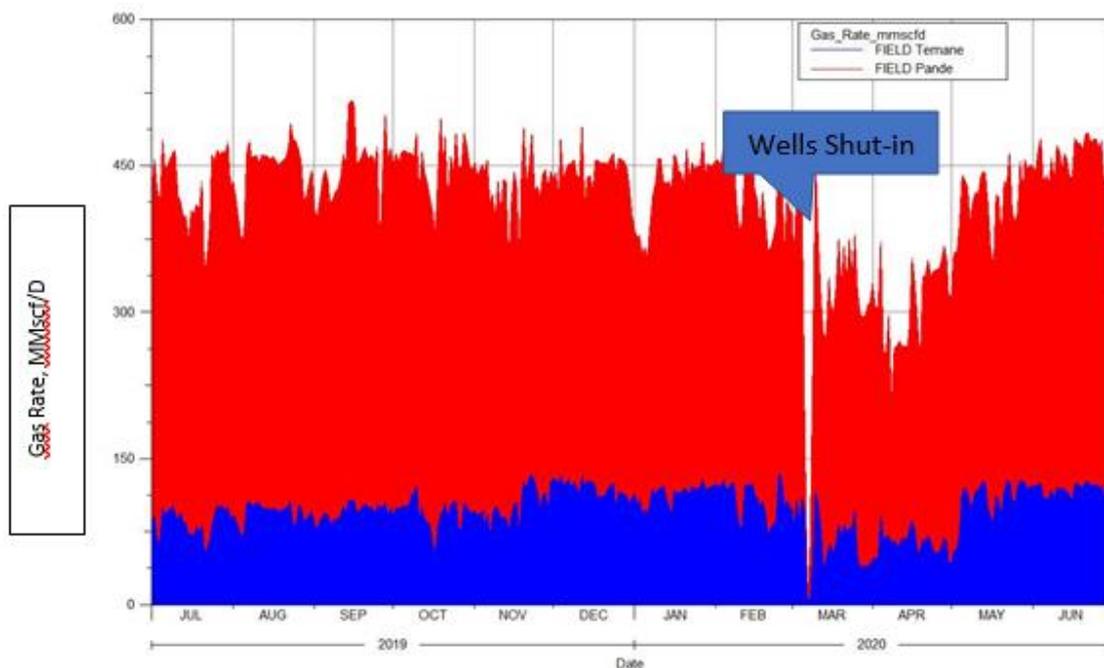
O imposto sobre a produção do petróleo, levado em espécie pela Matola Gas Company (MGC), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e pela Kuaninga no AF20 foi 7,21% inferior em relação ao gás levado no período anterior de AF19. Isto deveu-se à redução do consumo do gás doméstico durante o período em apreço.

### 2.4 Revisão das Operações

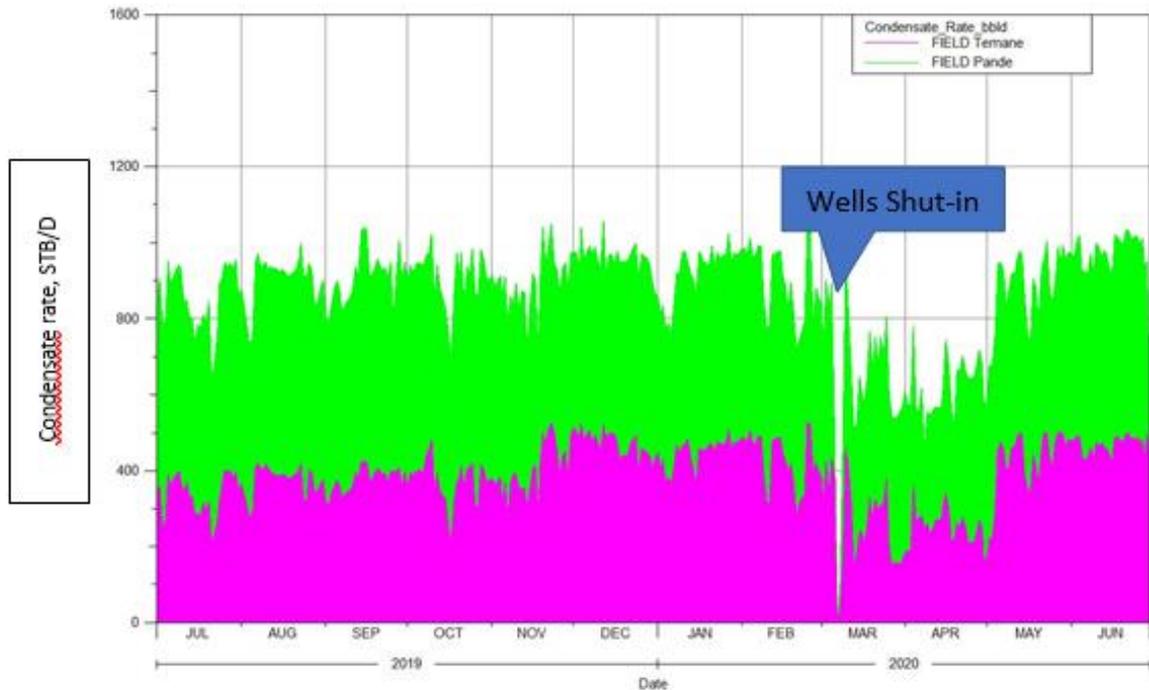
#### 2.4.1 Operações nos campos de gás

Os gráficos abaixo ilustram o perfil médio de produção diária de Gás e Condensado do AF20.

Produção média diária de Gás nos reservatórios Pande G6 e Temane G9, de Julho de 2019 a Junho de 2020



### Produção média diária de condensado nos reservatórios Pande G6 e Temane G9 de Julho de 2019 a Junho de 2020



- A produção média de gás do PPA no ano financeiro 2020 (AF20) foi de 471 MMscf/d (Milhões de pés cúbicos por dia), que corresponde a um decréscimo de 1.4% em relação ao AF19. Houve uma redução de produção na ordem de 7 MMscf/d, com os rácios médios de contribuição de 21% e 79% para os campos de Temane e Pande, respectivamente.
- A produção média total de condensado foi de 816 STB/D (*Stock tank Barrel* por dia) no AF20, que corresponde a um decréscimo de 17% em relação ao AF19, que foi de 981 STB/D.
- A produção de condensado baixou em 164 STB/D comparado com o AF19, devido à baixa produção de gás. Paralelamente, os rácios de produção de condensado versus gás tem diminuído devido à depleção da pressão dos reservatórios, aliado ao facto de ter havido modificações na planta de processamento, através da instalação, em diferentes fases, de compressores de baixa pressão que agravaram a baixa produção de condensado.
- De acordo com os gráficos acima apresentados, pode-se verificar que nos dias 07 e 08 de Março de 2020 houve uma paragem planificada de produção na central de processamento (CP) e nos campos com vista à levar a cabo a manutenção de rotina.

## Monitoria do reservatório e desempenho dos campos de produção

Conforme foi mencionado no relatório do ano financeiro de 2019 (AF19), a maioria dos furos de Pande e Temane tem registado problemas de integridade e houve necessidade de realizar actividades de perfuração neste AF20 em alguns furos, conforme se faz menção abaixo. No âmbito das actividades de monitoria dos reservatórios e avaliação do desempenho dos campos, foram identificados os seguintes problemas:

- Pande-12, o furo foi fechado em Janeiro do corrente ano devido a problemas de integridade, associado à presença de líquidos na linha de controlo hidráulico que dá acesso às válvulas de segurança, TR- SCSSSV (*Tubing Retrievable control subsurface safety Valve*) e SSV (*Surface Safety Valve*). Dada a limitação dos furos, o furo voltou a operar a partir do dia 24 de Abril de 2020 sob supervisão (“*Under concession*”). Este é um novo furo selecionado para trabalhos de “*workover*” no âmbito da campanha de perfuração que se prevê para Novembro de 2021.
- Pande-18 e 23, o fluxo de produção desses furos foi reduzido de 30MMscf/d para 18MMscf/d e de 45MMscf/d para 15MMscf/d, respectivamente, devido à suspeita de produção de areias detectada durante a inspecção.
- Os furos Pande-19 e 15 permanecem fechados devido a problemas de integridade e são candidatos a trabalhos de “*workover*” que tinham sido planificados para o AF20. Devido à suspensão das actividades de perfuração face ao Covid-19 e à declaração do Estado de Emergência pelo Governo de Moçambique, o programa de remediação desses furos sofreu alterações, passando de Junho de 2020 para Abril de 2021.
- Temane-4, Temane-15 (furos de Temane G9A), Temane- 9 e Temane -14 (furos de Temane G9 Este), mantiveram-se fechados de forma permanente devido aos problemas de integridade. Estes furos foram selecionados para selagem e abandono (P&A). Numa primeira fase tinham sido planificados para o AF 20, os trabalhos de Selagem e Abandono de dois furos (T-9 e T-14), tendo sido concluídos em Fevereiro de 2020 os trabalhos de selagem e abandono do furo T-14, e não foram concluídos os trabalhos planificados para o furo T-9, devido à suspensão das operações de perfuração como resultado da Covid-19. O T-9 foi suspenso em 15 de Março de 2020 com aproximadamente 60% dos seus trabalhos planificados concluídos e como

resultado de tal suspensão, o programa geral da restauração dos furos com problemas de integridade do ano financeiro 2020 e as operações irão continuar em Março de 2021, pelo que se espera que o T-9 seja concluído no referido período com os restantes furos previamente planificados no âmbito da campanha de perfuração e restauração dos furos com problemas de integridade (WIR).

- Temane-3, furo do reservatório G9A, foram detectadas fugas de gás na tubagem de produção, mas devido à limitação de disponibilidade de furos para fornecimento de gás, o furo foi posto de volta a produzir sob supervisão face à lista dos furos prioritários para o “workover”. A remediação deste furo esta prevista para Janeiro de 2024.

Como se pode ver do acima exposto, apenas 65% da produção dos furos PPA estiveram a funcionar e 35% estiveram fechados, durante o período em apreço e esta foi a razão pela qual a equipa de engenharia de furos seleccionou e recomendou que, durante a campanha de perfuração AF20, alguns dos furos fossem sujeitos à remediação e outros à selagem e abandono, como forma de mitigação.

Durante o período em apreço, também houve progresso do trabalho de avaliação dos potenciais riscos de Segurança, Saúde e Ambiente (SHE), devido a problemas de integridade de 8 furos antigos de pesquisa e avaliação resultantes das operações anteriores, os quais não tinham sido devidamente selados e abandonados pela operadora durante a campanha de perfuração de 2007. Os resultados alcançados via “hot tapping” e avaliação de riscos para tais furos concluíram que apenas 2 furos, Temane-2 e Pande-10, precisarão de selagem e abandono no AF24.

#### 2.4.2 Operações na Central de Processamento (CP)

As operações na Central de Processamento (CP) foram estáveis durante o período reportado. As encomendas globais diárias foram alcançadas ao longo do período, sem exceder os 2% de entregas.

Contudo, ao longo do período reportado, ocorreram os seguintes eventos:

- Durante o mês de Agosto de 2019, na unidade 69 (estação de medição do gás natural - Daniel), houve problemas com o equipamento de análise da cromatografia do gás, tendo afectado o cálculo do poder calorífico. A equipa de instrumentação resolveu o problema e o equipamento encontra-se operacional;

- Durante o mês de Agosto de 2019, na unidade 30 (compressor de baixa pressão), foi realizado um teste de baixa pressão à entrada da CP, operando a instalação em três modos ou configurações diferentes para identificar potenciais benefícios. A pressão da instalação de entrada atingiu cerca de 17 bars. O teste correu satisfatoriamente.
- Durante o mês de Março de 2020, a paragem anual planificada de produção foi realizada com sucesso e sem registo de incidentes de segurança na CP e foram realizadas algumas actividades, tais como: melhoramento da terminal de gestão de queima de resíduos da unidade estabilizadora, bem como a substituição dos protocolos de comunicação nos transmissores da linha principal de Pande por forma a melhorar a ligação com a CP.

Entretanto, foram levadas a cabo operações de manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como se segue abaixo:

- Operações de manutenção anuais programadas para os campos e CP foram realizadas durante o período em apreço.
- Unidade 31 (Compressor de Baixa Pressão) avariou várias vezes devido à falha de indicação de alta temperatura de descarga. Após investigações feitas pela equipa de manutenção, detectou-se uma avaria no sensor de temperatura por resistência (RDT). A equipa de manutenção substituiu o sensor e a unidade está operacional.
- Unidade 63 (Compressor de alta pressão) teve algumas avarias durante o período em apreço. Uma investigação para apurar as causas foi conduzida e constatou-se que a válvula do sistema de gás combustível estava a causar avarias e decidiu-se fazer a sua substituição.
- O gerador de Turbina movida ao gás da unidade “A”, avariou devido à falha nas pás directrizes. Após investigações, foi constatado o mau funcionamento da pressão na cabine da turbina. A equipa de manutenção corrigiu a falha e a unidade está operacional.

### 2.4.3 Manutenção da capacidade e projectos de extensão do “plateau”

#### 2.4.3.1 Programa de Extensão do Plateau e Optimização da Produção (PEDOP)

Conforme mencionado no relatório do AF19, o projecto PIC (Projecto de instalação de compressão no *Trunkline* de Pande) foi um dos projectos para sustentar a produção e estender o “plateau” com o objectivo de compensar a depleção da pressão dos reservatórios e recuperar quantidades adicionais de gás. Portanto, a operadora realizou vários estudos e modelos de análise de sensibilidade a partir de modelos do *software* “Hysys” para avaliar a viabilidade do projecto PIC e concluiu o seguinte:

- ✓ A CP podia operar à pressão de entrada de 17 *bar*(a) para cumprir com as encomendas apesar da limitação dos furos de produção e confirmou-se que a pressão de entrada na unidade de baixa compressão (LPC3), na ordem de 15 a 17 *bar*(a), poderia ser alcançada operando a planta de processamento de modo a gerar perfis de produção no “plateau” requerido (197 PJ/a).
- ✓ Os estudos concluíram que 50%-75% (200-350 Bscf) dos volumes que seriam incrementados através da implementação do projecto “PIC” poderiam ser recuperados através da perfuração de furos adicionais de produção (Tranche-1, 2 e 3), com à pressão mínima de entrada dos compressores de baixa pressão na ordem de 15-17 *bar*(a), com menor capital de investimento. Contudo, a concepção do projecto PIC versus os custos a ele associados levaram a concluir que o mesmo não seria economicamente viável por possibilitar apenas a recuperação de 100Bscf de reservas de gás.
- ✓ Deste modo, devido ao exposto acima, o projecto PIC foi cancelado e substituído pelo Programa de Extensão do Plateau e Optimização da Produção (PEDOP).

O objectivo do PEDOP é otimizar a recuperação de gás dos reservatórios do PPA aplicando soluções técnicas dentro do quadro comercial e legal. O plano do projecto visa recuperar quantidades de gás adicionais, permitindo a contínua produção de gás com pressões do reservatório inferiores à pressão de abandono, conforme aprovado no plano de desenvolvimento e permitir a extensão do período de “plateau”, para satisfazer os contratos existentes de fornecimento de gás durante a sua vigência.

O ponto de situação desse projecto é o seguinte:

- O projecto está na sua fase de avaliação e tem como objectivo atingir a FID (Decisão Final de Investimento) no quarto trimestre de 2020.

- A empresa de consultoria Wood conduziu um estudo de pré-avaliação com o objectivo de determinar o desempenho actual da infraestrutura existente e avaliar as opções que poderiam auxiliar no cumprimento dos objectivos do projecto PEDOP.

## 2.5 Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA)

Em geral, o bom desempenho global de Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A) e o progresso contínuo na implementação das iniciativas relacionadas a SS&A da operadora estão a ser mantidas.

Não foram registados incidentes significativos de Saúde, Segurança e Ambiente durante o período reportado.

Os programas de gestão de saúde ocupacional continuam a ser bem geridos e foi notável o progresso no alcance de bons indicadores de desempenho em segurança. O novo programa para Temane que havia sido planeado para Março de 2020, foi adiado devido à pandemia da Covid-19.

Está em curso a revisão de todos os procedimentos e metodologias de trabalho de forma a cumprir-se com os padrões da certificação ISO 14001:2015.

A incidência da malária tende a diminuir ou aumentar em função da variação das estações do ano. Para a mitigação desta doença está em curso um programa de vector da malária na Central de Processamento (CP) e no complexo habitacional de Nhamacunda, que consiste na pulverização do recinto, aplicação de larvicidas no lago, drenos e pulverização das casas. Esta iniciativa tem resultado a redução da população de mosquitos.

### **Monitoria do Desempenho Ambiental**

No período em análise o consórcio cumpriu os requisitos de gestão ambiental estipulados no plano ambiental de gestão operacional. O plano de monitoria para o AF20 foi afectado pela Covid-19 impondo restrições na movimentação de pessoas, o que impossibilitou ao consórcio de realizar auditorias independentes.

**Monitoria do ar e do ambiente:** a amostragem teve lugar de 15 de Julho a 20 de Agosto de 2019 e os resultados mostraram que todos os parâmetros (CO<sub>2</sub>, NO<sub>2</sub> e SO<sub>2</sub>) testados no novo incinerador e nos compressores estavam dentro dos padrões aceitáveis da operadora para as emissões de ar na Central de Processamento, de acordo com o plano ambiental de gestão operacional.

**Monitoria da água superficial e subterrânea:** o monitoramento da água superficial e subterrânea é realizado duas vezes ao ano em pontos de amostragem previamente estabelecidos: no recinto da Central de Processamento, nas comunidades circunvizinhas, no rio Govuro e nos pequenos lagos das proximidades das áreas de Temane e Inhassoro. As análises da qualidade da água subterrânea e da água superficial incluem as análises de compostos orgânicos e inorgânicos. O objectivo desta monitoria é determinar o impacto das operações da operadora na qualidade e quantidade da água nos arredores da CP. O monitoramento da água subterrânea e superficial teve lugar de 7 a 11 de Outubro de 2019 e foi conduzido por uma empresa de consultoria independente (MJA Consultores). Foram no total 44 pontos de amostragem de água subterrânea e 15 pontos de monitoria de água superficial. Os resultados das actividades de amostragem concluíram que a qualidade da água subterrânea e da água superficial nos arredores da central de processamento é boa, sendo que em nenhuma das amostras da água subterrânea e superficial analisadas foram detectados compostos de hidrocarbonetos.

**Monitoramento do ruído:** em seguimento à monitoria anual do ruído, esta foi conduzida em Fevereiro de 2020 em todos os pontos de amostragem. O relatório concluiu o seguinte: no perímetro da vedação e na zona de protecção parcial, o nível de ruído esta de acordo com os valores estabelecidos pelo IFC (uma organização do Banco Mundial) para as áreas industriais. Na zona de protecção parcial da CP, definidas como áreas residenciais, não sofreram nenhuma influência acústica causada pelo normal funcionamento da CP. Assim, a operação normal da CP não tem impacto nos receptores sensíveis as comunidades vizinhas.

**Monitoria da radiação:** esta actividade teve lugar em Março de 2020 contudo, o provedor de serviços reportou que o laboratório onde as amostras foram submetidas estava encerrado devido às restrições imposta na África do Sul, prevendo-se atrasos nos resultados laboratoriais e consequentemente a submissão do relatório final será afectada.

#### **Processo de renovação da licença ambiental da CP**

O processo da renovação da licença ambiental da central de processamento, começou em Fevereiro de 2019. O plano ambiental de gestão operacional foi revisto por consultores ambientais, conforme as recomendações dadas pelo MITADER. Este plano foi submetido ao MITADER em Julho de 2019, em seguida uma equipa do MITADER visitou as instalações da central de processamento em Dezembro de 2019 para verificar os principais aspectos

ambientais, o que culminou com a aprovação do plano ambiental de gestão operacional da Central de Processamento já actualizado para depois proceder-se a renovação da licença ambiental da Central de processamento.

Durante o período em apreço ocorreram auditorias internas e externas concernente aos assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente nomeadamente:

- De 18 a 20 de Setembro de 2019, o INP efectuou uma auditoria sobre os mecanismos de prevenção e resposta às emergências, tendo constatado as seguintes irregularidades:
  - ✓ Falta de evidências na familiarização de processos de resposta às emergências por parte dos trabalhadores recém-admitidos;
  - ✓ Longo período de espera para a realização da formação providenciada nos diversos departamentos em resposta a emergências;
  - ✓ Falta de registo da manutenção dos equipamentos de resposta às emergências no sistema SAP.

Para corrigir as constatações feitas, foi elaborado um plano de acção que será implementado depois da aprovação do relatório pelo INP.

- De 25 a 29 de Novembro de 2019 teve lugar uma auditoria independente cujo objectivo era verificar o cumprimento dos padrões em SHEQ (Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade), nomeadamente: as normas ISO 14001:2015, ISO 9001:2015 e BSOHSAS 18001:2007 e outros requisitos, bem como a avaliação da eficiência do sistema de gestão e avaliação da eficácia da operadora e o nível de alcance dos referidos objectivos. De um modo geral, com base nos resultados da auditoria, o sistema de gestão é eficaz e cumpriu com os requisitos das normas (14001:2015). Não houve inconformidade em relação às normas ambientais, tendo sido identificadas apenas oportunidades de melhoria, tais como, a calibração de medidores de fluxo de efluentes do sistema de irrigação, bem como do medidor de fluxo de captação de água.

#### **Projecto de remediação de Pande - 4**

O Projecto de remediação do furo Pande-4 visa avaliar uma medida de remediação apropriada para o furo. Este projecto consiste em avaliar o subsolo, desenvolver acções de monitoria ambiental e avaliar uma solução viável para a remediação do problema. A remediação por via da perfuração convencional não é possível devido a impossibilidade de identificar a parede do furo.

O programa de monitoria do Pande-4 é gerido pela equipa operacional da CP. Foram implementadas no Pande-4 as seguintes acções:

O projecto de construção de infraestruturas de vias de acesso ao Pande-4 que incluem a reabilitação da berma, a construção do canal de drenagem da água, a construção da casa de segurança, a construção de uma casa de banho e a construção de uma vedação em redor do Pande-4.

O programa de monitoramento de amostras de solo, água superficial e gás teve lugar em Janeiro de 2020 e os resultados são consistentes em revelar que não houve impacto nas comunidades em redor do Pande-4, isto é, não houve contaminação dos solos que afectasse a actividade agrícola e nem fontes de água.

Foi reportada pela primeira vez a ocorrência de metano no Pande-4 desde o início do monitoramento na cratera do Pande-4 e estima-se que o fluxo de água proveniente da berma para a cratera seja de 1 m<sup>3</sup>/min.

O programa de monitoria adicional apoiará a operadora na percepção do estado de evolução do Pande-4 pela monitoria: da deformação das superfícies, da migração de hidrocarbonetos, da água salina e do fluxo de pressão. Com respeito a isso, a solicitação para manifestação de interesse para a realização de trabalhos de monitoria adicional no subsolo teve início em Setembro de 2019, tendo respondido à solicitação, algumas empresas de auditoria ambiental e Universidades.

#### **Infra-estruturas de contenção na superfície de Pande-4**

Para conduzir os estudos de viabilidade das instalações de contenção dos fluídos do furo Pande-4 na superfície; visando definir uma infraestrutura que possa melhor controlar o gás migrante e providenciar o tratamento da água produzida no Pande-4, foi adjudicada a empresa Wood Plc.

O estudo compreenderá os seguintes aspectos:

- Investigação das opções para a contenção, colecção e controlo da migração do gás e água.
- Identificação de opções para a queima do gás ou utilização do gás, bem como o tratamento e reinjecção ou utilização da água.
- Rever a viabilidade e a avaliação de cada uma das opções apresentadas para o gás e água e seleccionar as opções para as fases subsequentes.

#### **Problemas ocorridos na Mineração das areias do Pande-4**

Foi concedida em 2015, uma licença de mineração na área adjacente ao Pande-4. O proprietário da mina vinha explorando areias nas proximidades da lagoa no Pande-4. Devido aos problemas ambientais que essa exploração acarreta tem havido discussões com as instituições do Governo para assegurar que a exploração de areia no Pande-4 seja paralisada. As instituições envolvidas são: INP, Direcção Provincial dos Recursos Minerais e Energia, Inspecção Geral dos Recursos Minerais e Energia, ENH e Direcção Provincial de Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural por forma a pôr termo às operações da referida exploração.

#### **2.6 Aspectos Legais**

Durante o presente ano, foi celebrado, em Julho de 2019, o Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos com a Petromoc, por um período de dois (2) anos, com início a 1 de Julho de 2019 e término a 30 de Junho de 2021.

Durante o reportado período, os Parceiros da operação conjunta e a Sasol Gas celebraram igualmente a 8ª Emenda ao Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA1) e a 6ª Emenda ao Segundo Contrato de Venda de Gás (GSA2) para o fornecimento de gás em excesso, na condição de dispensar as Vendedoras de qualquer responsabilização pelo fornecimento de gás em falta, durante os primeiros três (3) anos de ocorrência do défice de reservas, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2019 até 30 de Junho de 2020.

Na sequência da celebração do Contrato de Perfuração, a 3 de Dezembro de 2018, entre a SPT (Operadora da PPA) e a PR Marriot Drilling LTD para a perfuração de vários poços e da assinatura do Contrato de Partilha de Custos da Campanha de Perfuração (Princípios de Compromisso, Contratos de Novação, Cessão e Devolução da Posição Contratual) com vista a partilhar os custos da sonda com a SPM e SMPT5-C, para a minimização dos custos, foram assinados entre o PPA e o PSA, a 13 de Dezembro de 2019, os primeiros contratos de

novação para os primeiros furos. Contudo, a campanha de perfuração foi suspensa devido à eclosão do Covid-19 até data a anunciar.

Durante o período reportado, o Contrato de Venda de 2 MGJ de gás por ano à ENH continuou suspenso. Contudo, os Parceiros da operação conjunta receberam cartas da ENH, informando que a ENH retomaria o consumo dos 2 MGJ de gás, no âmbito do Contrato de Venda de 2 MGJ de Gás por ano à ENH. Nesse sentido, a ENH foi solicitada e aconselhada a: (i) cumprir os requisitos administrativos e comerciais que levaram à suspensão do GSA, nomeadamente, o pagamento de valores em atraso e a prestação de garantias do Comprador; (ii) Garantir a aprovação do Regulador (Instituto Nacional do Petróleo) para o fornecimento do gás que lhe foi alocado, uma vez que o consumidor final do referido gás está baseado na República da África do Sul; e (iii) buscar, igualmente, a não objecção do MIREME. Paralelamente, foi recebida uma carta da ENH, através da qual a mesma solicitou a dispensa da sua obrigação de pagar ou levar (*take or pay*), referente ao AF19, o que foi aceite.

Durante este período, foram assinadas entre os Parceiros da operação conjunta (como Vendedoras), a ENH-KOGAS, a CTRG e a MGC (como Compradoras), as Emendas aos Contratos de Venda de Gás à ENH-KOGAS, CTRG e MGC, visando estabelecer os termos e condições para o fornecimento de gás para a manutenção do gasoduto pelas Vendedoras às Compradoras, com o propósito de criar, manter ou aumentar a quantidade do gás para a manutenção do gasoduto. Considerando que o Contrato de Venda de Gás à ENH continua suspenso, as negociações para a emenda deste contrato, referentes ao gás para a manutenção do gasoduto, com a ENH iniciarão após a retoma do fornecimento de gás à ENH.

Durante o presente ano, a SPT, CMH, IFC e a SPM assinaram o Contrato de Desenvolvimento Conjunto e Recuperação de Custos Passados pelos Trabalhos Integrados com o objectivo, entre outros, de estabelecer bases para o pagamento relacionado com os custos passados. A SPM já efectuou o pagamento dos trabalhos passados à CMH e IFC.

### 2.6.1 Alterações matérias à legislação

Em relação à mudança material na legislação, através do Decreto Presidencial nº 11/2020, de 30 de Março, foi declarado o Estado de Emergência por 30 dias, que foi prorrogado por iguais períodos pelo Decreto Presidencial nº12/2020 de 29 de Abril, pelo Decreto Presidencial nº 14/2020, de 28 de Maio e pelo Decreto Presidencial nº 21/2020 de 26 de Junho, depois ratificado, sucessivamente, pela Assembleia através das Leis números 1/2020 de 31 de Março, 4/2020 de 29 de Abril, 6/2020 de 29 de Maio e 8/2020 de 29 de Junho, respectivamente. Nesse sentido, o Conselho de Ministros, através dos Decretos nº 12/2020, de 2 de abril, nº 26/2020, de 8 de Maio, nº 32/2020 de 20 de Maio e nº36/2020 de 2 de Junho, criou medidas administrativas para a prevenção e contenção da propagação da Covid-19, a vigorarem durante o período do Estado de Emergência. O Estado de Emergência tem implicações para as operações do Projecto.

### 2.6.2 Litígios

Durante Ano financeiro de 30 de Junho de 2020, o litígio com a suposta titular da concessão (de areia) adjacente ao furo Pande 4 persistiu e sem acordo entre as partes.

A operadora foi notificada pelo Conselho Municipal da Vila de Vilankulo (CMVV) para efectuar o pagamento do Imposto Predial autárquico (IPRA), que incide sobre o Complexo Habitacional de Nhamacunda sito em Vilankulo, relativamente aos anos 2016 a 2020. A SPT acreditando estar isenta do pagamento do referido imposto, nos termos dos benefícios fiscais concedidos no PPA e de acordo com a legislação aplicável, submeteu uma reclamação graciosa ao Presidente do CMVV, sem sucesso. Na sequência da falta de entendimento entre a operadora e a Edilidade, estão em tramitação dois processos judiciais.

### 2.7 Responsabilidade Social Empresarial

As acções de responsabilidade social realizadas pelo Consórcio visam melhorar a qualidade de vida nas comunidades desfavorecidas em torno de Pande e Temane, contribuindo deste modo para o desenvolvimento sustentável.

No exercício findo a 30 de Junho de 2020, as despesas relacionadas com projectos sociais ascenderam ao montante de USD 920 154, o que constitui um valor 69% abaixo do orçamentado. A fraca execução orçamental deve-se aos atrasos nas aprovações dos

Acordos de Desenvolvimento Local (ADLs) e à declaração do estado de emergência face a pandemia da Covid-19.

Para o AF20, importa destacar as seguintes realizações no âmbito da de responsabilidade social:

- Assinatura dos Acordos de Desenvolvimento Local (ADLs) e dos respectivos contratos com os parceiros de implementação (GIZ e SNV). O ADL tem como principal objectivo estabelecer um compromisso a longo termo com 37 comunidades nos Distritos de Inhassoro e Govuro através da definição conjunta da carteira de projectos a implementar nos próximos 5 anos. No período, foram efectuados pagamentos aos parceiros de implementação, no entanto o início das actividades foi cancelado devido à pandemia da Covid-19.
- Foi submetido aos parceiros, o relatório preliminar do estudo de base efectuado nas comunidades a serem abrangidas pelos ADLs. Este estudo ajudará a estabelecer a base de comparação para os resultados dos projectos implementados.
- No contexto de resposta à emergência após as tempestades tropicais que devastaram a província de Inhambane, foram concluídos os trabalhos de reparação da balsa da Baía de Inhambane e ainda está em curso a reparação da balsa de Magulute. Além disso, a Cruz Vermelha concluiu os trabalhos de resposta à emergência iniciados no exercício anterior face ao Ciclone Idai, tendo reabilitado os centros de saúde de Mafambisse, Inhamizua e Macharote.
- As obras de reabilitação da EN1 no troço entre Pambara e Macovane (68 km) foram concluídas e entregues à ANE (Administração Nacional de Estradas). A cerimónia de inauguração contou com a presença do Ministro das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos.
- O programa de desenvolvimento de fornecedores e empresas, foi adjudicada a uma instituição financeira que será responsável pela gestão de um fundo para PMEs (Pequenas e Médias Empresas) e 30 beneficiários foram pré-seleccionados, dos quais 23 admitidos para capacitação. Actualmente, as actividades do projecto foram suspensas até ao fim do estado de emergência.
- Durante o período, foram registados progressos no que diz respeito à implementação do Sistema de Água Inhassoro. O parceiro de implementação do

projecto (ENH) iniciou a fase 1 do projecto e comprometeu-se em concluir os trabalhos até finais de Julho de 2020.

### 3. Actividades da CMH

#### 3.1 Aspectos Legais

No Ano financeiro de 30 de Junho de 2020, a CMH e a KPMG assinaram Contratos de Auditoria financeira às contas da CMH e do Fundo de Pensões dos Trabalhadores da CMH relativas ao Ano financeiro de 30 de Junho de 2020, 2021 e 2022.

#### Litígios

Não há litígios a reportar durante este período.

#### 3.2 CMH na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)

Durante o presente período, foi registada uma variação positiva no valor das acções da CMH de 1 200 para 2 750 Meticais por acção. A 30 de Junho de 2020, a CMH tinha 1 294 accionistas, dos quais 1 292 accionistas da classe C, um accionista da classe A (o Estado) e um accionista da classe B (ENH).

#### 3.3 Recursos Humanos

Em Junho de 2020, a CMH contava com um total de 24 trabalhadores, dos quais 84% eram quadros superiores. No AF20 não houve contratação de trabalhadores para o quadro de pessoal da CMH. Em Fevereiro de 2020, o então Director Executivo da CMH foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da ENH.

Devido à pandemia da Covid-19 que teve o seu início em Novembro na República da China, em Wuhan, cidade capital da província de Hubei, tendo de seguida se alastrado para o resto do mundo, o Governo Moçambicano aprovou medidas de prevenção e combate a esta pandemia. Em 30 de Março de 2020, S. Excia o Presidente da República de Moçambique declarou o Estado de Emergência para o período de 1 de Abril a 30 de Abril de 2020, findo qual prorrogou o Estado de Emergência para o período de 1 a 30 de Maio de 2020 e terminado este período, foi novamente prorrogado para o período de 1 a 30 Junho de 2020. Durante o referido período a CMH adoptou um conjunto de acções com o objectivo de

reduzir o risco de contaminação no local de trabalho e encorajou aos seus colaboradores à adesão rígida das medidas de prevenção e combate a esta pandemia.

De modo a contribuir com seu papel contínuo de responsabilidade social e proporcionar experiência profissional a estudantes recém-graduados e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento sócio-económico do país, a CMH continua a oferecer um programa de estágio pré-profissional pelo período de seis meses na área legal, técnica e administrativa.

Em Setembro e Outubro de 2019, uma jurista, uma engenheira de reservatório e uma contabilista concluíram o estágio profissional. Em Março de 2020, devido à pandemia da Covid-19, a CMH suspendeu o contrato de estágio com um jurista recém-contratado.

A CMH continua a priorizar a formação profissional dos seus colaboradores. Devido à pandemia da Covid-19 todas as actividades de formação programadas para o período entre Março e Junho foram canceladas. Durante o referido período, entre Julho de 2019 e Fevereiro de 2020, os colaboradores beneficiaram de formação com especial enfoque nas áreas financeira, legal, contratual, de gestão de reservatórios e operações petrolíferas.

Com vista à acompanhar o decurso das actividades da Central de Processamento de Pande e Temane, as seguintes actividades tiveram lugar:

- Em Julho de 2019, dois geólogos participaram, na Central de Processamento, num curso relacionado com a integridade dos furos.
- Em Outubro de 2019, o Director Executivo e o Director Técnico visitaram os campos e a Central de Processamento.
- Em Dezembro de 2019, um jurista e um técnico administrativo participaram na contagem semestral do inventário físico e de condensado existente na planta da Central de Processamento.

### 3.4 Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da CMH

No âmbito da sua responsabilidade social, a CMH continua a apoiar a implementação de projectos sociais destinados a aliviar a pobreza e aumentar o acesso a serviços básicos e oportunidades no seio das comunidades vulneráveis e desprivilegiadas em Moçambique.

No exercício findo a 30 de Junho de 2020, foi desembolsado um total de USD 404 861 para

a implementação de projetos sociais, que represente 47% do valor orçado.

Note-se que neste exercício, durante o último trimestre, as actividades de RSE foram afectadas pela Covid-19, o que resultou no atraso e conseqüente adiamento de algumas actividades planeadas.

Neste período, importa destacar as seguintes actividades implementadas no âmbito da responsabilidade social:

- Início das obras de construção da Escola Primária Completa de Mangundze que irá comportar dez salas de aula, um bloco administrativo e lavabos, para beneficiar cerca de 540 crianças.
- Financiamento da 5ª Fase do Projecto de Expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural a Norte de Inhambane, que irá beneficiar cerca de 400 famílias nos Distritos de Inhassoro, Vilanculos e Nova Mambone, com o objectivo de aumentar o acesso ao gás natural às comunidades locais. Desde 2013, a CMH financia ligações de gás natural na província de Inhambane, sendo que cerca de 1400 famílias e estabelecimentos comerciais tem-se beneficiado de gás canalizado.
- Patrocínio à edição 2019 do álbum Ngoma Moçambique, uma colectânea musical com mais de 40 anos que apoia artistas e música popular moçambicana.
- Realização de palestra sobre a Cadeia de Valor do Gás Natural e os Processos de Produção, ministrada pelo Director Técnico da CMH, na Universidade Zambeze (Beira), alusiva à celebração do 19º aniversário da CMH, tendo abrangido aproximadamente 200 estudantes.
- No desporto, a CMH patrocinou a ENH Futebol Clube e a Federação Moçambicana de Basquetebol. Internamente, também apoiou no arrendamento de espaço no pavilhão do Campo Desportivo para colaboradores do Grupo ENH, a fim de promover a saúde física e mental.
- Apoio à celebração de natal no Hospital Psiquiátrico de Infulene e na Associação Nós Por Exemplo, garantindo festividades decentes para pacientes e crianças carentes, por meio de doações de alimentos, material escolar e brinquedos.
- Doação de equipamento de protecção individual, como álcool, máscaras e luvas para o Hospital Psiquiátrico de Infulene e o Distrito de Marracuene, com o objectivo de conter a disseminação da Covid-19 entre as comunidades vulneráveis.

Internamente, máscaras e álcool foram distribuídos a todos os colaboradores, incluindo o seu agregado familiar.

- Apoio a outras actividades de carácter interno visando promover o bem-estar dos colaboradores.

### 3.5 Empresa holding e participadas

A CMH é detida pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (série B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (série A); os restantes 10% das acções (série C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais.

### 3.6 Assembleia Geral

A 30 de Setembro de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde foram aprovadas as seguintes matérias:

- O Relatório e Contas do ano findo a 30 de Junho de 2019;
- A distribuição de 50% do lucro e 50% dos lucros por acumular;
- A KPMG como auditora das contas da CMH e do Fundo de Pensões dos Trabalhadores da CMH para os anos financeiros 2020, 2021 e 2022;
- A liberação de 50% dos fundos retidos para a distribuição de dividendos; e
- A eleição do novo Presidente do Conselho Fiscal e a reeleição do 1º e 2º Vogais.

### 3.7 Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas de NIRF

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações de Comité de Interpretações sobre Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC), emitidas e em vigor em 30 de Junho de 2020.

### 3.8 Rácios financeiros e económicos

Rácios	2020	2019
<b>Equilíbrio Financeiro</b>		
Liquidez Geral	10.70	5.75
<b>Rácios económicos</b>		
Rentabilidade do capital próprio	0.13	0.16
Rentabilidade do activo	0.07	0.10

### 3.9 Gestão da dívida

Durante este exercício findo a 30 de Junho de 2020, a CMH cumpriu as obrigações relacionadas com o serviço da dívida dos primeiros e segundos contratos de empréstimos. Um montante total de USD 4 712 852 foi pago como serviço da dívida durante este ano, sendo USD 4 562 655 relativos à amortização do capital e USD 150 197 relativos a juros, conforme demonstrado na tabela abaixo.

	15 de Dezembro 2019		TOTAL
	Juros	Capital	
DBSA TRANCH B	79 867	2 261 860	2 341 727
Empréstimo do AFD B	70 330	2 300 795	2 371 125
<b>TOTAL</b>	<b>150 197</b>	<b>4 562 655</b>	<b>4 712 852</b>

### 3.10 Investimento de curto prazo

#### 3.10.1. Contas no estrangeiro (*Off-Shore*)

Durante este ano financeiro, a CMH a investiu 90% do saldo nas contas *offshore* (conta de Reserva do Serviço da Dívida, conta de Reserva de despesas de Investimento e conta de Receitas) em depósito a prazo no Standard Bank da África do Sul Lda.

Um montante médio de USD 109 000 000 foi investido semestralmente a uma taxa de juros média de 2,63% e os juros auferidos foram de USD 2 900 000.

#### 3.10.2. Contas no país (*On-Shore*)

De modo a obter melhor rentabilidade nas contas correntes (*on-shore*), a CMH convidou vários bancos Moçambicanos a apresentarem propostas de termos e condições para remuneração dos depósitos correntes nessas contas.

A melhor proposta oferecida pelo ABSA Bank Moçambique e First National Bank Moçambique, por um período de 12 meses foi de 7% para a conta em Meticais e 0,25% para a conta em USD, desde 1 de Abril 2020.

### 3.11 Alterações nas políticas contabilísticas

A empresa aplicou inicialmente a NIRF 16 Locações a partir de 1 de Julho de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1 de Julho de 2019, mas não têm um efeito material nas demonstrações financeiras da Empresa.

A empresa aplicou o NIRF 16 usando a abordagem retrospectiva modificada, segundo a qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido nos lucros acumulados em 1º de julho de 2019. Dessa forma, as informações comparativas apresentadas para 2019 não são reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme relatado anteriormente, sob a NIC 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contabilísticas são divulgados a seguir. Além disso, os requisitos de divulgação da NIRF 16 geralmente não foram aplicados às informações comparativas.

Anteriormente, a empresa determinava no início do contrato se um contrato era ou continha uma locação sob o IFRIC 4 Determinando se um contrato contém uma locação. A empresa agora avalia se um contrato é ou contém uma locação com base na definição de uma locação, conforme explicado nas principais políticas Contabilísticas.

Na transição para o NIRF 16, a empresa optou por aplicar o expediente prático para avaliar quais transações são locações. A empresa aplicou o NIRF 16 apenas para contratos que foram previamente identificados como locação. Os contratos que não foram identificados como locações nos termos da NIC 17 e IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência ou não de locação conforme o NIRF 16. Portanto, a definição de locação segundo o NIRF 16 foi aplicada aos contratos celebrados ou alterados antes de 1 de Julho de 2019.

Como locatária, a Empresa arrenda imóveis onde são desenvolvidos postos de abastecimento. A empresa classificou previamente as locações como locações operacionais ou financeiros com base em sua avaliação de se a locação transferia significativamente todos os riscos e recompensas inerentes à propriedade do activo subjacente para a empresa. De acordo com o NIRF 16, a empresa reconhece activos de direito de uso e passivos de locação para a maioria dessas locações - ou seja. Essas locações estão no

balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de locação, a empresa aloca a contraprestação do contrato para cada componente de locação com base em seu preço relativo independente. No entanto, para locações de propriedade, a empresa optou por não separar os componentes de não locação e contabilizar a locação e os componentes de não locação associados como um único componente de locação.

A empresa testou seus activos de direito de uso para redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os activos de direito de uso estejam em imparidade.

A empresa usou uma série de expedientes práticos ao aplicar o NIRF 16 às locações anteriormente classificados como locações operacionais de acordo com o NIC 17. Em particular, a empresa:

- Não reconheceu activos e passivos de direito de uso para locações cujo prazo de locação termina em 12 meses a partir da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu activos e passivos de direito de uso para locações de activos de baixo valor;

Excluídos os custos diretos iniciais da mensuração do activo com direito de uso na data da aplicação inicial; e - usado retrospectivamente ao determinar o prazo do locação.

Locações classificadas como locações financeiras segundo a NIC 17.

Para locações financeiras, o valor contabilístico do activo de direito de uso e do passivo de locação em 1 de julho de 2019 é determinado pelo valor contabilístico do activo de locação e do passivo de locação de acordo com o NIC 17 imediatamente antes dessa data.

### **Impacto nas demonstrações financeiras**

Na transição para o NIRF 16, não houve impacto na empresa, uma vez que as locações da mesma foram determinados como locações de curto prazo.

### 3.12 Dividendos pagos e declarados

A 30 de Setembro de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde os accionistas aprovaram a distribuição de 50% dos lucros líquidos. Durante o ano financeiro 2020, a CMH pagou o montante total de USD 49 306 723 a título de dividendos para os seus accionistas, sendo que USD 9 070 000 foram pagos no dia 18 de Setembro de 2019, USD 36 131 000 foram pagos a 30 de Janeiro de 2020 e USD 4 105 723 foram pagos no dia 30 de Março de 2020, tais dividendos são relativos aos anos AF 18 e AF 19.

Ano Financeiro	Dividendos Declarados			Dividendos pagos			Saldo declarado sujeita à aprovação dos financiadores para a distribuição
	Data da Assembleia Geral	Dividendos sobre o lucro	Total dos dividendos declarados	Data do pagamento	Montante pago em USD	Total de Dividendos pagos	
AF06 - AF14			91 038 327		29 637 820	29 637 820	
AF15	29/09/2015	50%	26 459 793	23 de Setembro 2014	7 205 584	30 000 000	
				16 de Abril 2015	22 794 416		
AF16	29/09/2016	50%	12 120 939	17 de Setembro 2015	14 930 000	21 430 000	
				14 de Abril 2016	6 500 000		
AF17	29/09/2017	70%	15 842 415	22 de Setembro 2016	3 460 000	11 810 000	
				13 de Abril 2017	8 350 000		
AF18	28/09/2018	100%	30 273 117	21 de Setembro 2017	6 980 000	22 320 357	
				11 de Dezembro 2017	4 209 256		
				11 de Dezembro 2017	2 911 101		
				19 de Abril 2018	8 220 000		
AF19	30/09/2019	50%	19 043 427	18 de Setembro 2018	7 970 000	30 273 117	
				25 de Fevereiro 2019	4 600 000		
				17 de Abril 2019	17 703 117		
AF20				18 de Setembro 2019	9 070 000	49 306 723	
				30 de Janeiro 2020	36 131 000		
				01 de Abril 2020	4 105 723		
<b>Total</b>			<b>194 778 017</b>		<b>194 778 017</b>	<b>194 778 017</b>	<b>0</b>

### 4. Eventos subsequentes

Após 30 de Junho de 2020 até à data de relato, não ocorreram eventos significativos que necessitem de divulgação ou ajustamentos às demonstrações financeiras. No entanto, as incertezas causadas pela Covid-19 à economia global ainda prevalecem.

A entidade actua no sector de petróleo e gás e a demanda por suas *commodities* é consistente e as vendas estão sendo realizadas conforme acordos de vendas confirmados da operação conjunta com os clientes. O sector de petróleo e gás sempre teve uma boa demanda. Não há perdas possíveis para a empresa devido ao eventual diferimento do pagamento por parte dos clientes. Nunca houve bloqueio em Moçambique devido à Covid-19 e todas as entidades estão em operação. Não há problemas com relação a suprimentos

essenciais, o comércio transfronteiriço também está aberto e a empresa está obtendo lucros. A operação conjunta está mantendo suas próprias operações e não há dependências significativas de nenhum provedor de serviços. O fornecimento contínuo de gás é do interesse do país. O impacto do coronavírus está sendo monitorado de perto e as medidas de precaução necessárias foram postas em prática para cumprir as instruções do governo para mitigar qualquer possível impacto negativo da pandemia do coronavírus nas operações. Como o consumo de gás não é significativamente afectado pelos usuários finais, há poucas chances de que essa pressão contínua nos mercados globais, como resultado da pandemia da Covid-19, leve a quaisquer perdas de mercado. À luz do acima exposto, o Conselho de Administração reavaliou a adequação do uso do pressuposto de continuidade operacional na preparação destas demonstrações financeiras. Com base na avaliação realizada, o Conselho de Administração é de opinião que as incertezas atuais relacionadas ao Covid-19 actualmente não resultam em uma incerteza material relacionada a tais eventos ou condições que podem lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa de continuar em funcionamento. O Conselho de Administração de concorda com esta avaliação.

#### IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira a 30 de Junho de 2020 e a demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, demonstração de alterações no capital próprio e demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como pelas notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Os Administradores são igualmente responsáveis pela preparação do Relatório e Contas.

Os Administradores são ainda responsáveis por um sistema de controlo interno relevante, para que a preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras estejam isentas de distorções materialmente relevantes, quer devidas à fraude, a erros, e pela manutenção de registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz, bem como a conformidade com as leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

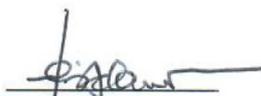
Os Administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e, não têm motivos para duvidar da capacidade da entidade continuar a operar segundo esse pressuposto num futuro próximo.

O Auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

#### Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Agosto de 2020 e foram assinadas em seu nome por:

Maputo, 27 de Agosto de 2020



Jahir Adamo

Presidente do Conselho de Administração



KPMG Auditores e Consultores, SA  
Edifício KPMG  
Rua 1.233, Nº 72C  
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200  
Telefax: +258 (21) 313 358  
Caixa Postal, 2451  
Email: [mz-fminformation@kpmg.com](mailto:mz-fminformation@kpmg.com)  
Web: [www.kpmg.com/mz](http://www.kpmg.com/mz)

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Accionistas da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

### *Opinião*

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“a Empresa”), constantes das páginas 44 a 94, que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de Junho de 2020, e as demonstrações de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das principais políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, em 30 de Junho de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

### *Base de Opinião*

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas são descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da empresa de acordo com o *Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas Código Internacional de Ética para Contabilistas Profissionais (incluindo normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos com as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e com o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião.

### *Matérias Relevantes de Auditoria*

As matérias relevantes de auditoria são aquelas matérias que, no nosso julgamento profissional, tiveram mais importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Estas matérias foram tratadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formulação da nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



### **Imparidade de activos de exploração e avaliação e central de processamento**

Por favor, consulte as políticas contabilísticas nas notas 3.5 e 3.8, estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes na nota 4 e nota 11 das demonstrações financeiras.

#### **Matéria Relevante de Auditoria**

Os activos de exploração e avaliação da Empresa e a unidade de processamento (CPF) constituem uma parcela significativa de propriedade, instalações e equipamento sendo USD 166 milhões do total do saldo de propriedade, instalações e equipamento no valor de USD 202 milhões. É necessário que seja avaliado para indicadores de imparidade numa base anual e devido à natureza da classe do activo, isso envolve um julgamento significativo.

A avaliação da imparidade foi considerada uma matéria relevante na auditoria das demonstrações financeiras devido à incerteza inerente, julgamentos significativos, pressupostos e estimativas aplicadas, que incluem estimativas da reserva mineral remanescente, preços do petróleo e gás no mercado internacional, taxas de juro futuras e a base do processo de orçamento.

#### *Como foi abordada a matéria na nossa auditoria*

Os nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Avaliamos a análise da gestão dos possíveis indicadores de imparidade internos e externos através de inquéritos com a gestão e ao operador da operação conjunta, revisão de actas de vários comités da operação conjunta e do conselho de administração da empresa, verificações de activos físicos e análise do impacto de vários fundamentos económicos nas operações da empresa que incluem preços de petróleo e gás no mercado internacional e taxas de juro.
- Avaliamos o desenho, a implementação e a eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para assegurar que as suas avaliações de imparidade fossem adequadamente realizadas e revistas.
- Solicitamos o auxílio de especialistas internos e externos da gestão para que fosse possível avaliar as reservas minerais remanescentes e avaliamos a sua competência profissional, objectividade, capacidade e adequação do trabalho realizado desafiando o seu trabalho e considerando a extensão da influência da gestão sobre os mesmos.
- Testamos a razoabilidade dos preços do petróleo e do gás verificando em relação a fontes independentes. Avaliámos também a adequação do factor de desconto aplicado em termos das taxas de juro prevalecentes e futuras em relação a fontes independentes.
- Avaliamos os orçamentos da Empresa em conformidade com as reservas evidenciadas como remanescentes e comparamos os orçamentos anteriores da Empresa relativamente ao desempenho real nos períodos correntes para que fosse possível avaliar a adequação dos "inputs" e a precisão do processo de orçamento.
- Consideramos a estimativa de vida útil feita pela gestão em função das estimativas de



reservas evidenciadas como remanescentes, conforme determinado por especialistas em estimativas de reservas minerais, capacidade de produção anual e licença de operação aprovada da empresa.

Comparamos igualmente as divulgações da Empresa com relação às avaliações de imparidade nas demonstrações financeiras em relação aos requisitos das normas contabilísticas relevantes

### Provisão de abandono e custo de reabilitação

Por favor, consulte as políticas contabilísticas na nota 3.7, estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes na nota 4 e nota 19 das demonstrações financeiras.

#### Matéria Relevante de Auditoria

A Empresa é obrigada a reabilitar o local de exploração no final do projecto, conforme o Acordo de Produção de Petróleo. Uma provisão é reconhecida em relação aos custos estimados para fechar e reabilitar o local.

O cálculo dessas provisões exige julgamento da gestão na estimativa de custos futuros, tendo em conta a natureza exclusiva de cada local e as possíveis obrigações associadas. Esses cálculos são igualmente descontados para determinar o valor presente dos custos de reabilitação do local. A restauração e reabilitação de cada local é relativamente única e tem havido actividade limitada de restauração e reabilitação para comparar as estimativas de custos futuros, e mudanças nas leis e regulamentos locais e a abordagem esperada pela gestão para restauração e reabilitação poderia ter um impacto significativo no valor da provisão reconhecida. O julgamento significativo envolvido na determinação da provisão resultou numa matéria relevante de auditoria, especificamente relacionada aos pressupostos significativos feitos que incluem o momento da reabilitação do local, as taxas de inflação e de desconto aplicadas na determinação do valor actual da reabilitação do local.

#### Como foi abordada a matéria na nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluem:

- Avaliamos as obrigações legais e/ou construtivas em relação à restauração e reabilitação através da revisão do Acordo de Produção de Petróleo e da compreensão da lei que rege a exploração de recursos minerais.
- Solicitamos o auxílio de especialistas internos e externos da gestão para que fosse possível avaliar a provisão de abandono e custo de reabilitação e avaliamos a sua competência profissional, objectividade, capacidades e adequação do trabalho realizado desafiando o trabalho e os pressupostos aplicados, considerando a extensão da influência da gestão sobre os mesmos e avaliando as suas qualificações e experiência profissional.
- Avaliamos a precisão dos cálculos e a adequação da taxa de desconto aplicada comparando a taxa de desconto relativamente a dados de terceiros e normas do sector.

Consideramos igualmente a adequação das divulgações da Empresa relacionadas com a provisão de abandono e custo de reabilitação nas demonstrações financeiras de acordo com as normas de relato financeiro aplicáveis.



#### *Outra Informação*

Os administradores são responsáveis por outra informação. A outra informação compreende toda a informação no Relatório Anual. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer forma de conclusão de garantia sobre o mesmo.

Em relação à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido durante a auditoria, ou caso contrário apresente distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizamos na outra informação, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

#### *Responsabilidade dos Administradores em relação às Demonstrações Financeiras*

Os administradores são responsáveis pela preparação e correcta apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pelos controlos internos que os administradores determinarem como necessários para permitir que a preparação das demonstrações financeiras esteja isenta de distorções materialmente relevantes, devidas a fraude ou a erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Empresa continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizando a base da contabilidade operacional, a menos que os administradores pretendam liquidar a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão proceder dessa maneira.

#### *Responsabilidades dos Auditores para a Auditoria às Demonstrações Financeiras*

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. A garantia razoável é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre distorções materiais quando existem. As distorções materiais podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, quando se pode razoavelmente esperar que influenciem as tomadas de decisões económicas dos utilizadores com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e efectuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a anulação do controlo interno.
- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.



- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Fornecemos igualmente aos administradores uma declaração de que cumprimos as exigências éticas relevantes em relação à independência e de reportarmos todas as relações e outras questões que possam ser razoavelmente considerados relacionados à nossa independência e, quando aplicável, acções tomadas no sentido de eliminar as ameaças ou salvaguardas relacionadas.

Das matérias reportadas aos administradores, determinamos as matérias que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, portanto, constituem as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento impossibilite a divulgação pública sobre a matéria ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser comunicada no nosso relatório considerando que as consequências adversas de fazê-lo seriam razoavelmente esperadas de superar os benefícios de interesse público de tal comunicação.

**KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014**

Representada por:

Hem Chandra Joshi, 57/CA/OCAM/2014

Sócio

4 de Setembro de 2020

## VI DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Do exercício findo a 30 de Junho de 2020

(Valor em USD)	Notas	2020	2019
Rédito	6	87 413 956	95 880 887
Outras receitas		99 058	4 702
Custos operacionais	7	(48 153 018)	(42 004 958)
		39 359 996	53 880 631
(Custos) /receitas financeiros líquidos	8	(1 326 803)	1 534 311
Receitas financeiras		3 743 235	4 705 538
Custos financeiros		(5 070 038)	(3 171 227)
<b>Lucro antes do imposto</b>		38 033 193	55 414 942
Imposto sobre o rendimento	9	(12 697 960)	(17 566 754)
<b>Lucro do exercício</b>		<b>25 335 233</b>	<b>37 848 188</b>
<b>Outro rendimento integral</b>			
Itens que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos			
Remensuração do passivo de benefício definido, líquido de impostos	23	(564 278)	238 665
<b>Total de rendimento integral</b>		<b>24 770 955</b>	<b>38 086 853</b>
<b>Resultado por acção</b>			
Básico por acção	10.1	4.27	6.37
Diluído por acção	10.1	4.27	6.37

## VII DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

A 30 de Junho de 2020

(Valor em USD)	Notas	2020	2019
<b>ACTIVOS</b>			
<b>Activos não – correntes</b>			
Propriedade, instalações e equipamento	11	202 498 386	215 179 032
Activos intangíveis	12	5 842 562	6 492 298
Activos não – correntes		208 340 948	221 671 330
<b>Activos correntes</b>			
Inventários	13	931 135	941 890
Clientes e outros devedores	14	10 030 235	5 911 642
Activo de benefício definido líquido	23	826 264	444 170
Caixa e equivalentes de caixa	15	134 037 852	167 364 010
Activos correntes		145 825 486	174 661 712
<b>Total dos activos</b>		<b>354 166 434</b>	<b>396 333 042</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital social	16	25 286 649	25 286 649
Reservas legais	17.1	5 057 330	5 057 330
Reservas de investimento	17.2	14 296 822	14 296 822
Resultados transitados		166 067 086	190 602 855
<b>Total de capital próprio</b>		<b>210 707 887</b>	<b>235 243 656</b>
<b>PASSIVOS</b>			
<b>Passivos não – correntes</b>			
Provisões	19	77 841 689	70 489 806
Fornecedores e outros credores	20	71 245	41 872
Passivo por Impostos diferidos	9.3	51 914 402	60 204 925
Passivos não – correntes		129 827 336	130 736 603
<b>Passivos correntes</b>			
Empréstimos obtidos	18	-	4 562 655
Provisões	19	952 608	13 353 052
Fornecedores e outros credores	20	4 589 551	4 203 681
Dívidas a pagar entre empresas do grupo	21	11 389	12 398
Imposto sobre o rendimento	9	8 077 663	8 220 997
Passivos correntes		13 631 211	30 352 783
<b>Total dos passivos</b>		<b>143 458 547</b>	<b>161 089 386</b>
<b>Total de capitais próprios e passivos</b>		<b>354 166 434</b>	<b>396 333 042</b>

## VIII DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Do exercício findo a 30 de Junho de 2020

(em USD)	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Resultados transitados	Total de Capital próprio
<b>Saldo em 1 de Julho de 2018</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>182 789 119</b>	<b>227 429 920</b>
Lucro do exercício	-	-	-	37 848 188	37 848 188
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	238 665	238 665
<i>Transacções com os accionistas da empresa</i>					
Dividendos	-	-	-	(30 273 117)	(30 273 117)
<b>Saldo em 1 de Julho de 2019</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>190 602 855</b>	<b>235 243 656</b>
Lucro do exercício	-	-	-	25 335 233	25 335 233
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	(564 278)	(564 278)
<i>Transacções com os accionistas da empresa</i>					
Dividendos	-	-	-	(49 306 724)	(49 306 724)
<b>Saldo em 30 de Junho de 2020</b>	<b>25 286 649</b>	<b>5 057 330</b>	<b>14 296 822</b>	<b>166 067 086</b>	<b>210 707 887</b>

## IX DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Do exercício findo a 30 de Junho de 2020

(em USD)	Notas	2020	2019
<b>Fluxos de caixa de actividades operacionais</b>			
Lucro líquido		25 335 233	37 848 188
Ajustamento para:			
Depreciação e amortização	7	25 812 950	22 508 079
Perdas cambiais não realizadas		527 462	5 053
Ganho de venda de activos	11	-	(39 844)
Receita de juros	8	(3 368 295)	(4 386 903)
Gasto de juros	8	2 803 498	2 639 621
Imposto sobre o rendimento	9	12 697 960	17 566 754
		<b>63 808 808</b>	<b>76 180 792</b>
<b>Varição em:</b>			
Dívidas entre empresas do grupo		(1 009)	4 712
Clientes e outros devedores		(4 500 687)	5 279 534
Inventário		10 755	35 407
Activo de benefício definido líquido		(382 094)	(954 016)
Fornecedores e outros credores		415 243	(1 692 833)
Caixa gerado de actividades operacionais		59 351 016	78 853 601
Imposto pago	9	(21 131 816)	(14 288 182)
Fluxo líquido de caixa gerado das actividades operacionais		<b>38 219 200</b>	<b>64 565 419</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de investimento</b>			
Aquisição de activos tangíveis	11	(20 179 068)	(12 528 291)
Alienação de activos tangíveis		-	39 844
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		<b>(20 179 068)</b>	<b>(12 488 447)</b>
<b>Fluxos de caixa de actividades de financiamento</b>			
Reembolso de empréstimos	18	(4 562 655)	(9 125 310)
Dividendos pagos		(49 306 723)	(30 273 117)
Juros recebidos		3 333 794	4 391 243
Juros pagos		(731 676)	(772 132)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		<b>(51 267 260)</b>	<b>(35 779 316)</b>
Fluxo líquido de caixa e equivalentes de caixa		<b>(33 227 128)</b>	<b>16 297 656</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		167 364 010	150 996 055
Efeitos cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa		(99 030)	70 299
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	15	<b>134 037 852</b>	<b>167 364 010</b>

---

## X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1. Entidade a Reportar

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada em Moçambique a 26 de Outubro de 2000, controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da empresa. A actividade operacional está relacionada com o desenvolvimento de operações petrolíferas como sua actividade principal.

A empresa foi indicada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), conduzir as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane, visto que a empresa produz e vende apenas gás e opera de forma integrada, a mesma reporta-se como um único segmento operacional. Todos os activos não correntes estão sediados em Moçambique e as receitas são geradas dentro de Moçambique.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela Sasol Petroleum Temane (SPT). Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CP). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo *Farm-Out* foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à International Finance Corporation (IFC) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Development Bank of Southern Africa (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH exercer o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane.

Em Abril de 2006, foram assinados os seguintes documentos:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;
- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;
- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
- iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% de componentes a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota de receitas e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP, da capacidade de produção existente de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

Em 2015, o Governo de Moçambique aprovou a segunda emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando assim efeito a expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP de 183 MGJ/ ano para 197MGJ/ano, possibilitando às vendedoras fornecer as quantidades contratuais máximas diárias, para a compradora, ao abrigo do Contrato de Venda de Gás (GSA1).

A empresa localiza-se na Av. Julius Nyerere nº 4003, Bairro da Polana Caniço “A”, Maputo, Moçambique.

## 2. Base de Preparação

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As transacções e os saldos relativos à quota da empresa do empreendimento conjunto baseiam-se no Resumo de Transacções e nas informações disponibilizadas pela operadora.

### 2.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte Americanos, que igualmente constitui a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar Norte Americano mais próxima.

### 2.3 Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

Várias novas normas, emendas e interpretações que se tornaram efectivas para períodos anuais, com início em ou após 1 de Julho de 2020 não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. A empresa não pretende adoptar tais normas antecipadamente, as quais serão adoptadas no período em que se tornarem obrigatórias, salvo indicação em contrário. Aquelas que podem ser relevantes para a empresa estão definidas abaixo:

#### **Em vigor para o ano financeiro com início a 1 de Julho de 2020**

- Emendas às referências à estrutura conceitual nas normas NIRF
- Definição de um negócio (alterações à NIRF 3)
- Definição de material (alterações à NIC 1 e NIC 8)
- Reforma do Índice de Referência da Taxa de Juros (Emendas a NIRF 9, NIC 39 e NIRF 7)

#### **Em vigor para o ano financeiro com início a 1 de Janeiro de 2022**

- Classificação do passivo em corrente ou não corrente (alterações a NIC 1) - atraso proposto para 1 de Abril de 2023

---

---

### Em vigor para o ano financeiro com início a 1 de Abril de 2023

- Contratos de seguro NIRF 17

### Eficaz por opção da entidade (a data de vigência foi adiada indefinidamente)

- Venda ou contribuição de activos entre um investidor e seu associado ou locação (alterações a NIRF 10 e NIC 28)

Do acima mencionado, as seguintes Normas e Interpretações não são aplicáveis ao negócio da entidade e, portanto, não terão impacto nas demonstrações financeiras futuras.

- Reforma do índice de referência da taxa de juros (alterações a NIRF 9, NIC 39 e NIRF 7)
- Contratos de seguro NIRF 17

O Conselho de Administração é de opinião que o impacto da aplicação das restantes Normas e Interpretações será o seguinte:

### Emendas às referências da estrutura conceitual nas normas NIRF

O IASB decidiu rever a Estrutura Conceitual porque certas questões importantes não foram cobertas e certas orientações não eram claras ou estavam desactualizadas. A Estrutura Conceitual revista, emitida pelo IASB, inclui:

- Um novo capítulo sobre mensuração;
- Orientação sobre como relatar o desempenho financeiro;
- Definições aprimoradas de activo e passivo, e orientações de suporte a essas definições; e
- Esclarecimentos em áreas importantes, como as funções de administração, prudência e incerteza de estimativa em relatórios financeiros.

O IASB também actualizou as referências à Estrutura Conceitual nas Normas NIRF emitindo Emendas às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas NIRF. Isso foi feito para apoiar a transição para a Estrutura Conceitual revista para empresas que desenvolvem políticas contabilísticas usando a Estrutura Conceitual quando nenhuma norma NIRF se aplica a uma transação específica.

Nenhum impacto significativo é esperado nas demonstrações financeiras.

---

---

### **Definição de um negócio (alterações a NIRF 3)**

Definir um negócio é importante porque os requisitos de relatos financeiros para a aquisição de um negócio são diferentes dos requisitos para a compra de um grupo de activos que não constitui um negócio. As alterações propostas têm como objectivo fornecer às entidades orientações de aplicação mais clara para ajudar a distinguir entre uma empresa e um grupo de activos ao aplicar a NIRF 3.

O IASB emitiu esta alteração para tornar mais fácil para as empresas decidirem se as actividades e os activos que adquirem são um negócio ou apenas um grupo de activos. As alterações são as seguintes:

- Confirmar se um negócio deve incluir entradas e um processo, e esclareceu que: (i) o processo deve ser substantivo e (ii) as entradas e o processo devem juntos contribuir significativamente para a criação de saídas.
- Limitar as definições de um negócio, concentrando a definição de resultados em bens e serviços fornecidos a clientes e outras receitas de actividades normais, em vez de fornecer dividendos ou outros benefícios económicos directamente aos investidores ou reduzir custos; e
- Adicionar um teste que torne mais fácil concluir que uma empresa adquiriu um grupo de activos, ao invés de um negócio, se o valor dos activos adquiridos estiver substancialmente todo concentrado em um único activo ou grupo de activos semelhantes.

As alterações são efectivas para Concentração de Actividades para as quais a data de aquisição seja igual ou posterior ao início do primeiro período de relatório anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2020 e para aquisições de activos que ocorram no início ou após o início desse período. Nenhum impacto significativo é esperado nas demonstrações financeiras.

### **Definição de material (alterações à NIC 1 e NIC 8)**

O IASB aprimorou a sua definição de material para torná-la mais fácil de entender. Agora está alinhada com as Normas NIRF e a Estrutura Conceitual.

As mudanças na Definição de Material (Emendas à NIC 1 e NIC 8) estão todas relacionadas a uma definição revista de 'material' que é citada abaixo das emendas finais.

“A informação é material se a omissão, declaração errônea ou obscuridade puder razoavelmente influenciar as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras para fins gerais tomam com base nas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre uma entidade relatora específica.”

O Conselho também removeu a definição de omissões materiais ou distorções do NIC 8 Políticas Contabilísticas, alterações nas Estimativas contabilísticas e Erros.

As alterações entram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2020. No entanto, o Conselho não espera alterações significativas - os aprimoramentos não se destinam a alterar o conceito de materialidade.

Nenhum impacto significativo é esperado nas demonstrações financeiras.

#### **Classificação do passivo em corrente ou não corrente (alterações ao NIC 1)**

De acordo com os requisitos da NIC 1 existentes, as empresas classificam um passivo como corrente quando não têm o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após o final do período de relatório. Como parte de suas alterações, o Conselho eliminou a exigência de um direito de ser incondicional e, em vez disso, agora exige que o direito de diferir a liquidação tenha substância e exista no final do período de relatório. A orientação sobre como determinar se um direito tem substância é limitada e a avaliação pode exigir que a administração exerça um julgamento interpretativo.

O requisito existente de ignorar as intenções ou expectativas da administração para liquidar um passivo ao determinar sua classificação não foi alterado. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente a partir da data de vigência. Nenhum impacto significativo é esperado nas demonstrações financeiras.

#### **Venda ou contribuição de activos entre um investidor e seu associado ou locação (alterações a NIRF 10 e NIC 28)**

As alterações exigem que o ganho total seja reconhecido quando os activos transferidos entre um investidor e sua coligada ou *Empreendimento conjunto* atendam à definição de

'negócio' segundo o NIRF 3 Concentração de Actividades. Quando os activos transferidos não atendem à definição de um negócio, um ganho parcial na extensão dos interesses dos investidores não relacionados na associada ou Empreendimento conjunto é reconhecido. A definição de um negócio é fundamental para determinar a extensão do ganho a ser reconhecido.

De acordo com o padrão de consolidação, a controladora reconhece o ganho total na perda de controlo. Mas, segundo a norma sobre associados e empreendimento conjuntos, a controladora reconhece o ganho apenas na extensão dos interesses dos investidores não relacionados na associada ou empreendimento conjunto. Em ambos os casos, a perda é reconhecida integralmente se os activos subjacentes estiverem em imparidade. Em resposta a este conflito e à resultante diversidade na prática, em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu a Venda ou Contribuição de Activos entre um Investidor e seu Associado ou Empreendimento conjunto (Alterações ao NIRF 10 e NIC 28).

O IASB decidiu diferir a data de vigência dessas alterações indefinidamente. A adopção ainda é permitida. Nenhum impacto significativo é esperado nas demonstrações financeiras.

### 3. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas referentes a 3.1 a 3.17 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### 3.1. Operações conjuntas

As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de um empreendimento conjunto não incorporado (*Joint Operation*), nos termos da qual o empreendimento não é registado como uma empresa separada, mas cada parte da operação conjunta, nos termos do empreendimento conjunto, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos, despesas e rendimentos líquidos das operações.

#### 3.2. Transacções em Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio do final de ano.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção.

As diferenças de câmbio resultantes da conversão são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos, como parte de receitas ou custos financeiros.

### 3.3. Instrumentos Financeiros

#### Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber e os títulos de dívida emitidos são inicialmente reconhecidos quando são originados. Todos os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro (a menos que sejam contas a receber sem um componente de financiamento significativo) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor acrescido, para um item não a justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção que sejam directamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão. Contas a receber sem um componente de financiamento significativo são inicialmente mensuradas pelo preço da transacção.

#### Classificação e mensuração

A Empresa classificou os seus activos financeiros em duas categorias; Activos financeiros mensurados ao custo amortizado e activos financeiros registados pelo justo valor através de outro rendimento integral. A classificação é efectuada de acordo com o modelo de negócios determinado com base na finalidade dos benefícios de activos financeiros e dos fluxos de caixa esperados.

#### Activos financeiros registados ao custo amortizado

Os activos detidos para a cobrança de fluxos de caixa contratuais onde esses fluxos de caixa representam apenas pagamentos de capital e juros, cujos pagamentos são fixos ou pré-determinados, que não são activamente negociados e que não são instrumentos derivados, são mensurados pelo custo amortizado. São incluídos nos activos correntes, excepto para as maturidades acima de 12 meses após a data do balanço. Aqueles com prazo de maturidade superior a 12 meses são classificados como activos não correntes. Os activos financeiros da Empresa mensurados ao custo amortizado compreendem “contas a receber”, “caixa e equivalentes de caixa” e “outras contas a receber” nas demonstrações financeiras. Esses activos

são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva. O custo amortizado é reduzido por perdas por imparidade. Receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e imparidade são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Ao aplicar esse método, nenhum impacto material é observado ao calcular a perda de crédito esperada nas contas a receber.

## **Desreconhecimento**

### **Activos financeiros**

A Empresa desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do activo financeiro expiram ou quando transfere o activo financeiro numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo financeiro são transferidos ou em que a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à retenção do controlo sobre o activo financeiro.

A empresa realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Ganhos ou perdas com o desreconhecimento são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

### **Passivos financeiros**

A empresa desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas ou expiram. A Empresa desreconhece igualmente um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido ao justo valor.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada extinta e a contraprestação paga (incluindo quaisquer activos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nos lucros ou prejuízos.

### **Compensação**

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a entidade tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

### *Capital Social*

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

### **3.4. Propriedade, instalações e equipamento**

#### *Reconhecimento e mensuração*

Os itens de Propriedade, instalações e equipamento são mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumulada.

O custo inclui todos os custos directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauração do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item de Propriedade, instalações e equipamento tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) dos activos fixos tangíveis.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de Propriedade, instalações e equipamento são determinados pela comparação receitas de venda com quantia escriturada dos itens de activos fixos tangíveis e são reconhecidos em “outros proveitos e custos” na demonstração de resultados.

A fase de desenvolvimento é a fase em que a viabilidade técnica e comercial da extração de uma reserva é demonstrada e a reserva identificada é preparada para as atividades de produção. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de forma confiável, o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis e a empresa pretende e possui recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão-de-obra direta e despesas gerais indiretas que são diretamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relacionados com o desenvolvimento de activos qualificáveis são capitalizados ao custo do activo qualificável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos incorridos para perfurar e equipar poços de desenvolvimento em propriedades comprovadas são capitalizados como activos minerais no imobilizado na data do comissionamento.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade.

A depreciação dos activos de exploração e despesas de desenvolvimento capitalizadas, incluindo os custos de descomissionamento, é baseada no método de unidades de produção, campo a campo, calculado com base nas reservas de petróleo e gás desenvolvidas provadas estimadas. Estas reservas são as reservas restantes de fim de ano de acordo com o Relatório dos Vendedores (o relatório de vendas e reservas da Sasol, o operador de JO) usado para cálculo de depreciação retrospectivamente desde o início de cada ano financeiro.

### *Custos subsequentes*

O custo de substituição de parte de um item de Propriedade, instalações e equipamento é reconhecido no montante da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte fluam para a Empresa e o custo possa ser medido com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida. O custo de manutenção diária de propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

### *Depreciação*

As depreciações são registadas em ganhos e perdas numa base de quotas constantes sobre as vidas úteis estimadas de cada item de propriedade, instalações e equipamento. Os investimentos em curso não são depreciados.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

---

-Veículos motorizados	4 - 5 anos
-Equipamento	4 – 10 anos
-Edifícios	50 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

### 3.5. Custos de Exploração, Avaliação e Desenvolvimento

O método de esforço bem-sucedido é usado para contabilizar a exploração de gás e as actividades de avaliação. Os custos geológicos e geofísicos relativos a furos exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nas demonstrações de resultados, conforme incorridos.

Após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em Propriedade, instalações e equipamento. Estes custos permanecem capitalizados, pendentes da determinação das reservas de petróleo e gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e avaliar a despesa como um activo. Quando o valor recuperável de pesquisa e avaliação for determinado a ser menor que o valor contabilístico, uma perda por imparidade é

reconhecida.

### 3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são reconhecidos ao custo menos a depreciação acumulada e qualquer perda por imparidade acumulada. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos dos bens fluam para a empresa, e os custos dos activos possam ser mensurados de forma fiável. Os activos intangíveis consistem apenas de direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, ao abrigo de um Contrato de Produção de Petróleo assinado em Outubro de 2000, que expira em 2034 (ver a nota 1). Este activo intangível é amortizado segundo o método das quotas constantes.

#### *Custos subsequentes*

As despesas subsequentes são capitalizadas somente quando aumentarem os benefícios económicos futuros incorporados no activo específico ao qual se relacionem. Todas as outras despesas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos, conforme incorridas.

### 3.7. Provisões

As provisões para restauração ambiental e qualquer acção judicial são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de eventos passados; é provável que uma perda de recursos seja necessária para pagar a obrigação; e o montante tenha sido estimado de forma fiável. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local das instalações é reconhecida como e quando o passivo de carácter ambiental surge.

Onde um passivo de carácter ambiental e de fecho resultem de actividades de desenvolvimento mineiro, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação surgir de actividades de produção mineira, tal obrigação constitui gastos, as provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa revistos, a uma taxa antes do efeito do imposto que reflecta as taxas de mercado correntes e os riscos específicos da obrigação. As alterações das provisões que foram capitalizadas aquando do reconhecimento inicial no custo do activo relacionado são adicionadas ou deduzidas da quantia escriturada do activo.

Onde houver um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de exfluxo ser

requerida para pagamento é determinada tendo em conta a classe das obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo se a probabilidade de exfluxo respeitante a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações for pequena. O reforço das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa de juro.

### 3.8. Imparidade dos Activos

A empresa reconhece provisões para perdas por perdas de crédito esperadas sobre:

- Activos financeiros mensurados ao custo amortizado;

A Empresa avaliou as provisões para perdas em um valor igual a perda de crédito esperada vitalícia, exceto os seguintes, que são mensurados como perda de crédito esperada de 12 meses: As provisões para perdas com contas a receber são sempre mensuradas por um valor igual à perda de crédito esperada.

Ao determinar se o risco de crédito de um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar a perda de crédito esperada, a empresa considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido. Isso inclui quantidades e informações qualitativas e análises, com base na experiência histórica da Empresa e avaliação de crédito informada e incluindo informações prospectivas.

A empresa presume que o risco de um activo financeiro aumentou significativamente se ele estiver vencido há mais de 90 dias.

A Empresa considera um activo financeiro em incumprimento quando:

- é improvável que os mutuários paguem integralmente suas obrigações de crédito para com a Empresa, sem o recurso da Empresa para ações como realização (se houver);
- o activo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

As Perdas de crédito esperadas vitalícias são os Perdas de crédito esperadas que resultam de todos os eventos de incumprimento possíveis durante a vida esperada de um instrumento financeiro. As Perdas de crédito esperadas de 12 meses são a parcela das Perdas de crédito esperadas que resulta de eventos de incumprimento que são possíveis nos 12 meses após a data de relatório (ou um período mais curto do esperado do instrumento é inferior a 12 meses). Ao determinar se o risco de crédito de um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, a empresa considera informações razoáveis e suportáveis tanto de aspectos qualitativos quanto quantitativos com base na experiência histórica e em informações prospectivas.

O período máximo considerado na estimativa das perdas de crédito é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

### **Mensuração das perdas de crédito esperadas**

Perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada de probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como o valor presente de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As Perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do activo financeiro.

### **Activos financeiros com imparidade**

Em cada data de relato, a Empresa avalia se os activos financeiros contabilizados ao custo amortizado estão com imparidade de crédito. Um activo financeiro encontra-se em situação de perda por imparidade de crédito quando um ou mais eventos têm um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ocorreram.

A evidência de que um activo financeiro encontra-se em situação de perda por imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldade financeira significativa do tomador ou emissor;
- Uma quebra de contrato, como incumprimento ou atraso superior a 90 dias;
- A reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pela Empresa em termos que a Empresa não consideraria de outra forma;
- É provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de um mercado activo para um título devido às dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perda de crédito esperada no balanço patrimonial

As provisões para perdas com activos financeiros mensurados ao custo amortizado são deduzidas da quantia escriturada bruta dos activos.

### **Abate**

O valor contabilístico bruto de um activo financeiro é abatido (parcial ou totalmente) na medida em que não haja perspectiva realista de recuperação. Geralmente, esse é o caso quando a empresa determina que o devedor não possui activos ou fontes de receita que possam gerar fluxos de caixa suficientes para reembolsar os valores objeto da baixa. No entanto, os activos financeiros que são abatidos ainda podem estar sujeitos a actividades de execução, a fim de cumprir os

procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

### Activos não financeiros

A quantia escriturada dos activos da entidade, com excepção dos inventários, é revista em cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o seu montante recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de activos identificáveis que gera fluxos de caixa que são amplamente independentes de outros activos e grupos. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

A quantia recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes dos outros activos, a quantia recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

### 3.9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e impostos diferidos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos excepto que o imposto corrente é o imposto que se prevê pagar sobre o rendimento tributável do ano, utilizando as taxas de imposto legisladas ou substancialmente previstas à data do relatório, e todos os ajustamentos ao imposto a pagar respeitantes aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores

contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e dos montantes usados para efeitos de tributação.

O imposto diferido é mensurado às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relato. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os bens de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus bens e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revisto em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

### 3.10. Benefício dos empregados

O custo dos benefícios a curto-prazo dos empregados, tais como salários, direito dos trabalhadores a férias pagas, bónus, assistência médica e outras contribuições, é reconhecido durante o período em que o empregado presta o serviço relacionado. A Empresa reconhece o custo do bónus revisto, somente quando tem uma obrigação presente, legal ou construtiva de efectuar esse pagamento e uma estimativa fiável possa ser feita.

#### Plano de contribuição definida a curto prazo

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a empregados no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo empregado.

As contribuições para o fundo do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), para o qual

todas as empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a contribuir, baseiam-se numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrerem.

### Plano de benefício definido a curto prazo

O fundo de benefício definido foi criado em 2016. A obrigação líquida da empresa em relação aos planos de benefícios definidos é calculada estimando o valor do benefício futuro que os empregados auferiram nos períodos actual e anterior, descontando esse valor e deduzindo o valor justo de quaisquer activos do plano.

O cálculo das obrigações de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado, utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um activo potencial para a empresa, o activo reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios económicos disponíveis na forma de qualquer reembolso futuro do plano ou reduções nas contribuições futuras ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios económicos, são considerados os requisitos mínimos de financiamento aplicáveis.

As remensurações do passivo líquido de benefício definido, que compreendem ganhos e perdas atuariais, o retorno dos activos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do activo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente no Demonstração do rendimento integral. A empresa determina a despesa (rendimento) líquida de juros no passivo (activo) líquido de benefícios definidos para o período aplicando a taxa de desconto utilizada para mensurar a obrigação de benefícios definidos no início do período anual ao passivo líquido de benefícios definidos (activo), tendo em conta quaisquer alterações no passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período, como resultado de contribuições e pagamentos de benefícios. A despesa líquida de juros e outras despesas relacionadas a planos de benefícios definidos são reconhecidas no resultado.

As obrigações de curto prazo referentes aos benefícios a pagar aos trabalhadores são mensuradas numa base não descontada e são registadas como despesas quando o respectivo serviço é prestado. Uma provisão é reconhecida pelo valor que se espera pagar, a curto prazo ao abrigo de um plano de pagamento de bónus se a entidade tiver obrigação

legal ou construtiva de pagar esse valor por algum serviço que o trabalhador tenha prestado no passado, desde que essa obrigação possa ser estimada de forma fiável.

### 3.11. Inventários

Os inventários são mensuradas pelo menor valor do custo de aquisição e pelo valor realizável líquido. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição de activos, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para conseguir colocá-los no mesmo local e condição.

O custo do gás natural líquido é determinado usando o método de avaliação *first-in-first-out* – FIFO enquanto o custo do processamento, manutenção e outros materiais é determinado usando o preço do custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio menos o custo de despesas de conclusão e de vendas.

### 3.12. Reconhecimento do Rédito

O rédito é mensurado com base em considerações específicas nos contratos com as compradoras. A empresa reconhece o rédito a partir do momento em que os bens são entregues e aceites pelas compradoras. No âmbito dos contratos não existem obrigações cumpridas fora do prazo.

O rédito de venda gás e do condensado no decurso das actividades ordinárias são mensuradas pelo justo valor da importância recebida ou a receber mensurada de acordo com os preços especificados nos contratos com entre as partes. O rédito é reconhecido livre dos royalties pagos ao Governo, rendimentos, impostos indirectos, deduções do imposto e descontos. Na produção e venda de gás a transferência e propriedade ocorre quando o gás é fisicamente entregue na entrada do gasoduto e os líquidos no ponto de carregamento na CP.

### 3.13. Custos operacionais

Os custos operacionais incluem despesas com o pessoal, depreciação, amortização, bens e serviços. Os custos operacionais são registrados no período em que esses custos estão relacionados. Estes custos referem-se às atividades operacionais da CMH.

### 3.14. Dividendos

A CMH deverá pagar dividendos de acordo com a Política de Dividendos que estabelece que a distribuição agregada será de 50% do lucro líquido.

Os dividendos são reconhecidos na declaração, quando os direitos são estabelecidos. Assim, a empresa considera que os dividendos aprovados pelos accionistas e os pagamentos serão deduzidos dos lucros acumulados.

### 3.15. Rendimentos Financeiros e custos financeiros

Os rendimentos financeiros incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem crescendo nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, a anulação do desconto em provisões. As perdas ou ganhos cambiais líquidos estão também inclusos como receitas financeiras ou despesas financeiras.

### 3.16. Resultados por acção

A empresa apresenta resultados por acção básicos e diluídos por cada acção ordinária. O resultado por acção básico, é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da empresa pela quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação durante o período. O resultado por acção diluído é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, para os efeitos de todas as acções ordinárias potenciais diluidoras.

### 3.17. Royalties

Os royalties a pagar incidem sobre o petróleo produzido em território moçambicano, a partir de um depósito de petróleo. A base tributável dos royalties é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdidas em resultado de qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou negligência. Os royalties são cobrados a 5% do valor do gás natural, condensado produzido ou extraído e vendido, deduzido do custo de transporte,

coleta e processamento. A empresa paga royalties através da operadora, de acordo com o Acordo da operação conjunta.

#### 4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro requer que o órgão de gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados.

Julgamentos significativos estão envolvidos;

- Na mensuração da vida útil do activo imobilizado (enquanto estima as reservas minerais),
- Na estimativa dos requisitos de fundos para a obrigação de restauração do local,
- Na estimativa da obrigação de benefício definido; e
- Ao estimar a provisão de impostos.

Em particular, informações sobre julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas:

Nota 9 – Imposto sobre o rendimento: Reconhecimento do imposto diferido

Nota 11 – Reconhecimento e Mensuração de Propriedade, instalações e equipamento.

Nota 19 – Provisão para custo de encerramento e reabilitação ambiental.

Nota 23 – Benefício dos empregados

#### Mensuração do justo valor

Um número de políticas contabilísticas e divulgações da Entidade requer a mensuração do justo valor, para activos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabeleceu uma estrutura de controlo respeitante a mensuração do justo valor. A Empresa revê regularmente dados não observáveis significativos e ajustamentos de avaliação.

Se a informação de terceiros, tais como cotações de correctoras ou serviços de fixação de preços, é usada para mensurar o justo valor, em seguida, a equipa de avaliação avalia a evidência obtida a partir de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações cumpram com os requisitos da NIRF, incluindo o nível na hierarquia do justo valor em que essas avaliações devem ser classificados.

Ao mensurar o justo valor de um activo ou um passivo, a entidade usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. O justo valor é classificado em diferentes níveis de hierarquia do justo valor com base nos *inputs* utilizados nas técnicas de avaliação, como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos.
- Nível 2: dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para activos ou passivos, directamente (como preços) ou indirectamente (derivado de preços).
- Nível 3: dados para activos ou passivos que não têm como base dados de mercados observáveis (dados não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o justo valor de um activo ou passivo sejam classificados em níveis diferentes da hierarquia do justo valor, então a mensuração do justo valor é classificados na sua totalidade no mesmo nível da hierarquia de justo valor como dado de nível mais baixo que seja significativo para a mensuração.

## 5. Alterações nas políticas contabilísticas

A empresa aplicou inicialmente a NIRF 16 Locações a partir de 1 de Julho de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1 de Julho de 2019, mas não têm um efeito material nas demonstrações financeiras da Empresa.

A empresa aplicou o NIRF 16 usando a abordagem retrospectiva modificada, segundo a qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido nos lucros acumulados em 1º de julho de 2019. Dessa forma, as informações comparativas apresentadas para 2019 não são reexpressadas - ou seja, são apresentadas, conforme relatado anteriormente, sob a NIC 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas

contabilísticas são divulgados a seguir. Além disso, os requisitos de divulgação da NIRF 16 geralmente não foram aplicados às informações comparativas.

Anteriormente, a empresa determinava no início do contrato se um contrato era ou continha um locação sob o IFRIC 4 Determinando se um contrato contém um locação. A empresa agora avalia se um contrato é ou contém uma locação com base na definição de uma locação, conforme explicado nas principais políticas Contabilísticas.

Na transição para o NIRF 16, a empresa optou por aplicar o expediente prático para avaliar quais transações são locações. A empresa aplicou o NIRF 16 apenas para contratos que foram previamente identificados como locação. Os contratos que não foram identificados como locações nos termos da NIC 17 e IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência ou não de locação conforme o NIRF 16. Portanto, a definição de locação segundo o NIRF 16 foi aplicada aos contratos celebrados ou alterados antes de 1 de Julho de 2019.

Como locatária, a Empresa arrenda imóveis onde são desenvolvidos postos de abastecimento. A empresa classificou previamente as locações como locações operacionais ou financeiros com base em sua avaliação de se a locação transferia significativamente todos os riscos e recompensas inerentes à propriedade do activo subjacente para a empresa. De acordo com o NIRF 16, a empresa reconhece activos de direito de uso e passivos de locação para a maioria dessas locações - ou seja. Essas locações estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de locação, a empresa aloca a contraprestação do contrato para cada componente de locação com base em seu preço relativo independente. No entanto, para locações de propriedade, a empresa optou por não separar os componentes de não locação e contabilizar a locação e os componentes de não locação associados como um único componente de locação.

A empresa testou seus activos de direito de uso para redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os activos de direito de uso estejam em imparidade.

A empresa usou uma série de expedientes práticos ao aplicar o NIRF 16 às locações anteriormente classificados como locações operacionais de acordo com o NIC 17. Em particular, a empresa:

- Não reconheceu activos e passivos de direito de uso para locações cujo prazo de locação termina em 12 meses a partir da data da aplicação inicial;

- Não reconheceu activos e passivos de direito de uso para locações de activos de baixo valor;

Excluídos os custos diretos iniciais da mensuração do activo com direito de uso na data da aplicação inicial; e - usado retrospectivamente ao determinar o prazo do locação.

Locações classificadas como locações financeiras segundo a NIC 17.

Para locações financeiras, a quantia escriturada do activo de direito de uso e do passivo de locação em 1 de julho de 2019 é determinado pela quantia escriturada do activo de locação e do passivo de locação de acordo com o NIC 17 imediatamente antes dessa data.

### Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o NIRF 16, não houve impacto na empresa, uma vez que as locações da mesma foram determinados como locações de curto prazo.

## 6. Rédito

	2020 USD	2019 USD
Gás Natural	85 854 950	92 680 611
Condensado	1 559 006	3 200 276
	87 413 956	95 880 887

## 7. Custos operacionais

	Nota	2020 USD	2019 USD
<b>Custos com o pessoal</b>		7 030 940	4 705 377
Remuneração dos empregados		4 293 230	3 515 610
Remuneração dos órgãos sociais		1 486 971	662 712
Segurança Social		77 911	77 907
Formação		152 268	265 891
Segurança social complementar		1 020 560	183 257
Amortização e depreciação	11 & 12	25 812 950	22 508 079
Outros custos operacionais	7.1	15 309 128	14 791 502
		48 153 018	42 004 958

## 7.1 Outros custos operacionais

	2020 USD	2019 USD
<b>Partilha de Custos Operacionais da operação conjunta</b>	14 435 388	14 129 115
Salários e custos relacionados	2 134 643	1 775 466
Contribuições para o INSS	63 028	53 264
Custos operacionais da operação conjunta	12 237 717	12 300 385
<b>Outras despesas administrativas da CMH</b>	873 740	662 387
Serviços de Auditoria	34 372	61 444
Serviços de Consultoria	51 879	30 667
Programa de responsabilidade social	404 861	140 631
Outros fornecimentos e serviços	382 628	429 645
	15 309 128	14 791 502

## 8. Receitas/ (custos) financeiros líquidos

	Nota	2020 USD	2019 USD
<b>Rendimentos financeiros</b>		3 743 235	4 705 538
Juros		3 368 295	4 386 903
Ganhos cambiais		374 940	318 635
<b>Custos financeiros</b>		(5 070 038)	(3 171 227)
Juros sobre empréstimos		(150 147)	(753 309)
Juros sobre provisões ambientais	19	(2 647 939)	(1 867 489)
Prejuízos cambiais		(2 266 540)	(531 606)
Despesas bancárias		(5 412)	(18 823)
Receitas/ (custos) financeiros líquidos		<b>(1 326 803)</b>	<b>1 534 311</b>

Receitas de juros referem-se aos depósitos a taxa fixa no Standard Bank da Africa do Sul. A CMH investe até 90% dos saldos das Contas Off-Shore (Contas de Reserva de Capex e Recursos) em uma conta de depósito a prazo fixo para auferir juros. A taxa de juro média foi de 2.63% (2019: 3.12%).

## 9. Imposto Sobre o Rendimento

	2020 USD		2019 USD
<b>9.1 Valores reconhecidos nos lucros e prejuízos</b>			
<b>Imposto corrente</b>			
Ano em curso	20 988 482		18 187 267
<b>Imposto diferido</b>			
Origem e reversão de diferenças temporárias <sup>1</sup>	(8 290 522)		(620 513)
	12 697 960		17 566 754
<b>9.2 Reconciliação da taxa efectiva</b>			
Lucros antes do imposto	38 033 193		55 414 942
Imposto usado de acordo com a taxa da empresa	32% 12 170 622	32%	17 732 781
Depreciação não dedutíveis	0.1% 40 884	(1%)	(129 866)
Efeito tributário de despesas/receitas não dedutíveis/ (não tributáveis)	1.2 % 486 454	(0.05%)	(36 161)
	33.3% 12 697 960	30.95%	17 566 754
<b>9.3 Movimento dos saldos de impostos diferidos</b>			
2020	Saldo líquido 30 de Junho 2020	Reconhecido em lucros e prejuízos	Saldo líquido 30 de Junho 2019
Propriedade, instalações e equipamento	49 519 237	(8 610 282)	58 129 519
Activos intangíveis	1 869 317	(207 702)	2 077 020
Ganhos (Perdas) cambiais não realizados	525 848	527 462	(1 614)
	51 914 402	(8 290 522)	60 204 925
2019	Saldo líquido 30 de Junho 2019	Reconhecido em lucros e prejuízos	Saldo líquido 30 de Junho 2018
Propriedade, instalações e equipamento	58 129 519	(410 904)	58 540 423
Activos intangíveis	2 077 020	(207 702)	2 284 722
Ganhos (Perdas) cambiais não realizados	(1 614)	(1 907)	292
	60 204 925	(620 513)	60 825 437
<b>9.4 Imposto sobre o rendimento a pagar</b>			
Saldo inicial	8 220 997		4 321 912
Pagamento durante o ano	(21 131 816)		(14 288 182)
Imposto corrente	20 988 482		18 187 267
Saldo final	8 077 663		8 220 997

<sup>1</sup> A variação refere a diferenças temporárias originadas pela propriedade, instalações e equipamento, ganhos e perdas de diferenças de câmbios não realizadas e por activo intangíveis (direitos de concessão).

As autoridades fiscais em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações de impostos avaliados pelas empresas. Os impostos declarados pelas empresas às autoridades fiscais permanecem abertas e podem ser sujeitas a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é de opinião que nenhuns ajustamentos significativos ou penalizações resultarão face aos anos em aberto se estes forem sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

## 10. Resultados por acção e dividendos por acção

### 10.1 Resultados por acção

Os ganhos por acção básicos foram calculados com base no lucro após impostos de USD 25 335 233 (2019: USD 37 848 188) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (2019: 5 934 115).

Os Resultados por acção diluídos são iguais aos ganhos por acção básicos tendo em conta que a empresa não tinha instrumentos financeiros diluitivos à data de relato.

A reconciliação da quantidade de acções não é necessário uma vez que não houve mudança nos números de base. O resultados por acção e USD 4.27 (2019: USD 6.37)

### 10.2 Dividendos por acção

O dividendo por por acção ascende a USD 8.31 (2019: USD 5.10).

## 11. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifício – escritórios USD	Veículos e Equipamento USD	Activos de Mineração e CPF USD	Investimento em curso USD	Total USD
<b>Custo</b>					
Saldo em 1 de Julho de 2018	2 024 101	1 298 329	325 633 598	3 742 681	332 698 709
Adições	-	34 760	697 744	11 795 787	12 528 291
Ajustamento no no encerramento do local e custo de reabilitação	-	-	17 313 084	-	17 313 084
Abate	-	(161 286)	-	-	(161 286)
Transferências	-	283 423	-	(283 423)	-
Saldo em 30 de Junho de 2019	2 024 101	1 455 226	343 644 426	15 255 045	362 378 798
Saldo em 1 de Julho de 2019	2 024 101	1 455 226	343 644 426	15 255 045	362 378 798
Adições	-	241 533	307 309	19 630 226	20 179 068
Ajustamento no encerramento do local e custo de reabilitação	-	-	(7 696 500)	-	(7 696 500)
Alienações	-	(745 280)	-	-	(745 280)
Saldo em 30 de Junho de 2020	2 024 101	951 479	336 255 235	34 885 271	374 116 086
<b>Depreciação Acumulada</b>					
Saldo em 1 de Julho de 2018	283 375	1 027 683	124 151 807	-	125 462 865
Depreciação	40 482	237 939	21 579 922	-	21 858 343
Alienações	-	(121 442)	-	-	(121 442)
Saldo em 30 de Junho de 2019	323 857	1 144 180	145 731 729	-	147 199 766
Saldo em 1 de Julho de 2019	323 857	1 144 180	145 731 729	-	147 199 766
Depreciação	40 603	302 281	24 820 330	-	25 163 214
Alienações	-	(745 280)	-	-	(745 280)
Saldo em 30 de Junho de 2020	364 460	701 181	170 552 059	-	171 617 700
<b>Quantia escriturada</b>					
Em 1 de Julho de 2018	1 740 726	270 645	201 481 791	3 742 682	207 235 844
Em 1 de Julho de 2019	1 700 244	311 046	197 912 697	15 255 045	215 179 032
<b>Em 30 de Junho de 2020</b>	<b>1 659 641</b>	<b>250 298</b>	<b>165 703 176</b>	<b>34 885 271</b>	<b>202 498 386</b>

A redução do activo de restauração ambiental não é um item de caixa, portanto, não é considerado nos fluxos de caixa das actividades de investimento, na demonstração dos fluxos de caixa.

Os Activo de Exploração e Avaliação e CP compreende 25% da despesa de capital da operação conjunta, nomeadamente: custo de exploração dos furos, custo de conclusão dos furos de produção, custo adicionais de perfuração, custo de desenvolvimento de activos, bem como a CP.

Pressupostos significativos estão envolvidos durante a avaliação de imparidade do activo de exploração e avaliação e CP, incluindo:

- As reservas minerais remanescentes;
- Preços de petróleo e gás no mercado internacional;
- Taxas de juros futuras; e
- Base do processo orçamentário

O ajuste no custo de abandono e reabilitação do local representa a redução no custo estimado devido a mudanças nas taxas de desconto e na mudança na estimativa bruta do passivo de reabilitação.

## 12. Activos Intangíveis

	<b>Direitos de Concessão USD</b>
<b>Custo</b>	
Em 1 de Julho de 2018	19 234 335
Adições	-
Saldo em 30 de Junho de 2019	<u>19 234 335</u>
Em 1 de Julho de 2019	19 234 335
Adições	-
Saldo em 30 de Junho de 2020	<u>19 234 335</u>
<b>Amortização Acumulada</b>	
Em 1 de Julho de 2018	12 092 301
Amortização do ano	649 736
Saldo em 30 de Junho de 2019	<u>12 742 037</u>
Em 1 de Julho de 2019	12 742 037
Amortização do ano	649 736
Saldo em 30 de Junho de 2020	<u>13 391 773</u>
<b>Quantia escriturada</b>	
Em 1 de Julho de 2018	7 142 034
Em 1 de Julho de 2019	<u>6 492 298</u>
Em 30 de Junho de 2020	<u>5 842 562</u>

Os activos intangíveis compreendem os direitos/custos transferidos pela ENH para o desenvolvimento do projecto de gás (campos de Pande e Temane).

**13. Inventário**

	2020 USD	2019 USD
Materiais de manutenção	931 135	941 890
	931 135	941 890

**14. Clientes e outros devedores**

	2020 USD	2019 USD
<b>Interesse participativo sobre activos correntes do empreendimento de Operações Conjuntas (Nota 26.2)</b>	8 818 851	4 366 354
Clientes	8 818 851	4 366 354
<b>Outros devedores</b>	1 211 384	1 545 288
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	518 739	710 350
Acrescimos e diferimentos	127 532	166 672
Adiantamento do imposto – Ano passado	565 383	668 266
	10 030 235	5 911 642

**15. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	2020 USD	2019 USD
Dinheiro em caixa	390	319
Depósitos bancários	134 037 462	167 363 691
Conta On-shore da CMH (i)	12 217 968	18 741 533
Conta de Receitas (ii)	9 663 683	17 441 859
Conta de Reserva para despesas de investimento (iii)	5 837 139	6 757 098
Conta Off-Shore de Operações (iv)	25 002	25 083
Conta de Reserva para o serviço da dívida (v)	2 489	473 333
Depósitos a taxa fixa	106 291 181	123 924 785
	134 037 852	167 364 010

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são as seguintes:

- i. Conta Onshore da CMH (Conta Onshore em Meticais e Conta Onshore em Dólares) – a CMH deve transferir, das contas de receitas em quaisquer datas de pagamento, o montante dos custos administrativos reexpressos para pagamento em Moçambique durante um período de seis meses após a data de pagamento.
- ii. As Contas de Receitas – nesta conta serão depositadas todas as receitas, todas as receitas de qualquer capital social, todas as receitas de seguros e qualquer montante em excesso a crédito da conta do Serviço da Dívida e da Conta de Reserva para despesas de investimento.
- iii. A Conta de Reserva para despesas de investimento – esta conta é usada como reserva

para o montante igual ao agregado do custo operacional do projecto e das despesas de manutenção durante o período de 12 meses seguinte e o custo administrativo da CMH para o período de 6 meses seguinte.

Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 90% do saldo de crédito na Conta de Reserva Capex.

iv. A Conta Offshore – esta conta serve para satisfazer os custos operacionais do projecto denominados em Dólares Norte Americanos, e os custos administrativos da CMH a pagar fora de Moçambique.

v. A Conta de Reserva do Serviço de Dívida – esta conta é usada como reserva para todos os pagamentos calendarizados de capital e de juros que serão devidos e pagos duas datas de pagamento seguinte, em conformidade com as facilidades da CMH.

Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acordo, até 90% dos fundos a crédito na Conta de Reserva do Serviço da Dívida.

vi. Depósitos a taxa fixa - a CMH investe 90% dos saldos nas Contas *Off-shore* (Conta de Reserva do Serviço da Dívida, Conta de Reserva para despesas de investimento e a Conta de Receitas) para depósitos a taxa fixa.

## 16. Capital Social

		2020 USD		2019 USD
	%		%	
4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B)	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias detidas por 1 292 Accionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)	10	2 528 665	10	2 528 665
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	25 286 649	100	25 286 649

A empresa não tem acções preferenciais. As classes de acções descritas não restringe pagamento de dividendos. Todas as classes de acções tem igual direito de voto.

- Acções de Classe “A” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.

- Acções de Classe “B” – não são livremente transaccionáveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “C” – são livremente transaccionáveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

## 17. Reservas

### 17.1 Reservas legais

Nos termos da legislação moçambicana, a empresa é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para compensar prejuízos e emissão de acções. A empresa cumpriu com os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta de reserva legal atingiu 20% do capital social. O valor acumulado da reserva é de USD 5 057 330 (2019: USD 5 057 330).

### 17.2 Reservas de investimento

Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo accionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008. O valor acumulado da reserva é de USD 14 296 822 (2019: USD 14 296 822).

## 18. Empréstimos

	2020 USD	2019 USD
<b>Corrente</b>	-	<b>4 562 655</b>
Development Bank of South Africa - Tranche B (i)	-	2 261 860
Agence Française de Development - Empréstimo B (ii)	-	2 300 795
<b>Total</b>	-	<b>4 562 655</b>

A CMH pagou integralmente os empréstimos durante o Ano Financeiro de 30 de Junho de 2020.

- i) A CMH e o Development Bank of Southern Africa (DBSA) celebraram um acordo de crédito, em 20 de Maio de 2010, com vista a garantir um crédito sénior posterior, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos até o limite de USD 50 000 000, em 31 de Dezembro de 2012 como data de término de desembolsos e com a

maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Os montantes desembolsados estão sujeitos a uma taxa de compromisso de 0,5% por ano, cobradas a partir de 14 de Junho de 2010. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa Libor (6 meses) acrescida de uma margem de 4,75% (Tranche B). Um total de USD 31 678 705 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 30 de Setembro de 2010 e 31 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 18 321 295 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Em Agosto de 2012, foi assinado uma adenda com novo plano de amortização. O reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de 2013 (o reembolso inicia 36 meses depois da data do primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual.

O empréstimo está agora garantidos pelos acordos de garantia seguintes: escritura de hipoteca da CPF para as acções da CMH na CPF (25%), penhora de bens móveis, cessão de direitos de seguros, cessão de direitos, cessão de posição contratual, penhora de contas bancárias e cessão de garantia de fundos.

- ii) A CMH celebrou um Acordo de facilidade de Crédito com a Agência Francesa de Desenvolvimento, em 20 de Maio de 2010, nos termos do qual a CMH tem o direito de contrair empréstimos de fundos até ao equivalente a USD 50 000 000, com a maturidade em 15 de Dezembro de 2019. Um total de USD 32 224 026 foi desembolsado, em 14 de Junho de 2010, 8 de Outubro de 2010 e 10 de Março de 2011, e o valor remanescente de USD 17 775 974 foi cancelado em 27 de Março de 2012. Os montantes desembolsados e não reembolsados vencem juros à taxa média de 6.05% por ano e o reembolso de capital iniciou a 15 de Junho de 2013 (36 meses após o primeiro desembolso), com periodicidade bi-anual.

A garantia do empréstimo foi alterada para reflectir os novos contratos de empréstimos e agora é garantida para os seguintes acordos de garantia: a escritura de hipoteca da CP, para a quota da CMH na CP (25%), a penhora sobre os bens móveis, a cessão dos direitos de seguro, a cessão de direitos, a cessão de posição contratual, a penhora de contas bancárias e a cessão de garantia de fundos.

A reconciliação do movimento é a seguinte:

Descrição	Saldo a 1 de Julho de 2019 USD	Reembolsos efectuados USD	Saldo a 30 de Junho de 2020 USD
Development Bank of Southern Africa- Tranche B (i)	2 261 860	2 261 860	-
Agence Française de Development Empréstimo B (ii)	2 300 795	2 300 795	-

## 19. Provisões

Esta provisão diz respeito aos custos de encerramento e de reabilitação. De acordo com concessão outorgada, os operadores são obrigados a reabilitar a área no final da vida do projecto. A estimativa actual do custo de restauração do local e de reabilitação foi aumentado com o factor de inflação anual para o tempo remanescente, como para a recuperação local, e tal valor futuro foi descontado (utilizando uma taxa de desconto de 2.0%-2.9%) para chegar ao valor presente dos custos de reabilitação da área do projecto. Há pressupostos significativos que estão envolvidos no processo de estimativa da obrigação de restauração e reabilitação do local, incluindo;

- Elementos de custo no final da concessão;
- Tempo do componente de custo individual;
- Taxa de inflação; e
- Taxa de desconto

### Longo Prazo

	2020 USD	2019 USD
Saldo de abertura	70 489 806	62 916 696
Juros sobre provisões ambientais	2 183 004	1 654 171
Capitalizado em activos fixos tangíveis	5 168 879	5 918 939
Saldo de fecho	<b>77 841 689</b>	<b>70 489 806</b>

### Curto Prazo

	2020 USD	2019 USD
Saldo de abertura	13 353 052	1 745 588
Juros sobre provisões ambientais	464 935	213 319
Variação na quantia capitalizada em activos fixos tangíveis	(12 865 379)	11 394 145
Saldo de fecho	<b>952 608</b>	<b>13 353 052</b>
Total	<b>78 794 297</b>	<b>83 842 858</b>

	2020 USD	2019 USD
<b>Fluxo de caixa esperado</b>		
Dentro de um ano	952 608	13 353 052
1 - 5 anos	22 678 520	13 197 501
Mais que cinco anos	55 163 169	57 292 305
<b>Total</b>	<b>78 794 297</b>	<b>83 842 858</b>

## 20. Fornecedores e outros credores

	2020 USD	2019 USD
<b>Não-corrente</b>		
Contas a pagar	71 245	41 872
<b>Corrente</b>		
Passivos correntes da operação conjunta	4 318 116	4 053 759
Fornecedores	2 257 595	2 257 052
Acrescimos e deferimentos	2 060 521	1 796 707
<b>Outros credores</b>	271 435	149 922
Fornecedores	36 899	30 267
Imposto retido na fonte, IRPS e INSS	184 190	119 655
Acrescimos e deferimentos	50 346	-
	4 589 551	4 203 681

## 21. Saldos entre empresas do Grupo

	2020 USD	2019 USD
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)	11 389	12 398
	11 389	12 398

O montante a pagar à ENH é resultado dos serviços prestados pela ENH em conformidade com o Contrato de serviços técnicos.

## 22. Transacções com partes relacionadas

Para fins destas demonstrações financeiras, as partes são consideradas relacionadas à empresa se a empresa tiver a capacidade, directa ou indirectamente, de controlar ou controlar em conjunto a parte ou exercer influência significativa sobre a parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas também incluem o pessoal chave de gestão definido como aquelas pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e

controlar actividades directa ou indirectamente. O pessoal chave de gestão inclui todos os membros do Conselho de Administração e Director Executivo. As partes relacionadas com a empresa incluem também o consórcio, bem como o Governo de Moçambique e a ENH, empresa pública detida pelo Governo de Moçambique.

A Sociedade é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P. (ENH), que detém 70% das acções da CMH, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem aos accionistas privados. Foram efectuadas as transacções seguintes:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Volume de transacções		Saldo devedor	
		2020 (USD)	2019 (USD)	2020 (USD)	2019 (USD)
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	Prestação de serviços técnicos	116 623	126 478	(11 389)	(12 398)

Após a aprovação de qualquer Programa de Trabalho e Orçamento, se o Operador assim o solicitar, cada parte deverá adiantar a sua quota-parte dos fundos que se estimam que sejam necessários para as operações do mês seguinte. Cada pedido de fundos deverá corresponder a quantia que o operador estima gastar, nas moedas exigidas, para satisfazer os pagamentos em dinheiro líquidos, deduzidos dos recebimentos em dinheiro, devidos no mês em causa nos termos de Programa de Trabalho e Orçamento. O pedido de fundos incluirá uma estimativa, para efeitos meramente informativos dos fundos necessários dos dois (2) meses subsequentes.

As seguintes transacções ocorreram:

	Vendas em Entidades Conjuntas não constituídas em sociedade Gás e condensado (Nota 6)		Montante recebidos da Entidade Conjunta (JO)		Saldos no final do ano resultantes de compra de serviços, aluguer do escritório e pagamentos efectuados (custos operacionais e activos fixos) Montante a pagar a Entidade Conjunta (Nota 20)	
	2020 (USD)	2019 (USD)	2020 (USD)	2019 (USD)	2020 (USD)	2019 (USD)
Sasol Gas, Petromoc, ENH Kogas, ENH através do joint operations.	87 413 956	95 880 887	-	-	-	-
Operações conjuntas (JO)	-	-	88 337 980	97 856 976	(4 318 116)	(4 053 759)

Os seguintes montantes foram transferidos para operações conjuntas (JO) através de *cash calls*.

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado		Saldo devedor	
		2020 (USD)	2019 (USD)	2020 (USD)	2019 (USD)
Operações conjuntas (JO)	Cash calls para despesas	39 167 628		24 513 193	

O compromisso de capital relacionado com as operações conjuntas estão descritos na nota 25.

A empresa paga remunerações tanto aos seus gestores executivos bem como os não executivos. As seguintes transações ocorreram:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transaccionado		Saldo devedor	
		2020 (USD)	2019 (USD)	2020 (USD)	2019 (USD)
Conselho de Administração	Remunerações	1 486 971	662 712	-	-

A remuneração do Conselho de Administração a curto prazo é de USD 1 486 971 (2019: USD 662 172), enquanto os benefícios pós-emprego são de USD 40 061 (2019: USD 45 230). Não houve pagamento pelo custo de rescisão nem pagamentos baseados em acções.

### 23. Benefícios dos empregados

	2020 USD	2019 USD
Activo do Benefício definido	3 142 000	2 229 060
Passivo do Benefício definido	(2 315 736)	(1 784 890)
Saldo líquido	826 264	444 170

#### a. Fundo

O fundo prevê que as pensões sejam pagas em benefícios de reforma ou quantia a pagar em caso de morte enquanto em serviço ou retirada antes da reforma. A idade normal de reforma é 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. O Fundo não faz provisão para reforma antecipada, porém, os membros podem se aposentar precocemente por causa de problemas de saúde. As taxas de contribuição são fixadas em termos acordados. Os membros contribuem com 3,0% dos rendimentos pensionáveis por sua vez, a empresa contribui com 8,63%. O saldo, após deduzir os benefícios de risco e os custos operacionais, é alocado para benefício pós-emprego.

O fundo de benefício definitivo é gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, a lei exige que os gestores ajam no melhor interesse dos participantes estabelecendo políticas de investimento. O fundo de benefício definitivo expõe a empresa aos seguintes riscos: actuarial, de longevidade, cambial, taxa de juro e do mercado.

## b. Movimentos líquidos benefícios definidos (activos) passivos

A tabela a seguir mostra uma reconciliação dos saldos de abertura para os saldos finais do passivo líquido de benefício definido (activo) e seus componentes.

	Responsabilidade de benefício definido		Justo valor dos Activos do Plano		Responsabilidade pelo Benefício Definido Líquido (activo)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Saldo em 1 de Julho</b>	1 784 891	1 839 468	(2 229 061)	(1 166 307)	(444 170)	673 161
<i>Incluindo lucros e perdas</i>	269 625	300 460	(346 432)	(222 070)	(76 807)	78 390
Custo do serviço actual	40 061	45 230	-	-	40 061	45 230
Custo de juros (receita)	229 564	255 230	(346 432)	(222 070)	(116 868)	33 160
<b><i>Incluído em Outro rendimento integral</i></b>						
Ganho Actuarial	564 278	(238 665)	-	-	564 278	(238 665)
<b><i>Outros</i></b>						
Diferença cambial líquida	(254 799)	(82 426)	305 554	53 981	50 755	(28 445)
Contribuições pagas pelos membros e pela empresa	35 115	60 188	(1 046 653)	(1 127 923)	(1 011 538)	(1 067 735)
Benefícios pagos	(83 374)	(94 134)	83 374	94 134	-	-
Despesas pagas	-	-	91 218	139 124	91 218	139 124
	2 315 736	1 784 891	(3 142 000)	(2 229 061)	(826 264)	(444 170)

Os activos do plano compreendem depósitos a prazo, bilhetes do tesouro e notas promissórias.

## c. Benefícios obrigações definidas

### i. Pressupostos actuariais

	2020	2019
Taxa de desconto	12.02%	14.9%
Crescimento salarial future	4.5%	7.9%
Crescimento futuro da pensão	9.5%	9.5%
Taxa de inflação	2.7%	6.9%

O resumo das estatísticas dos membros para membros activos na data da avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados do sexo feminino	Nr. de empregados do sexo masculino
25-30	1	1
30-35	1	4
35-40	3	3
40-45	-	3
45-50	1	2
50-55	3	-
55-60	1	-

O resumo das estatísticas de associação para o pensionista na data de avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados
61-63	1

ii. Análise de sensibilidade

	Responsabilidade (USD)	Custo do serviço (USD)	Varição percentual de responsabilidade
Aumento salarial de 1% de inflação	173 087 829	5 102 898	6.2%
Redução de 1% de inflação salarial	153 988 065	4 045 197	(5.5%)
Taxa de juros de avaliação 1% de aumento	146 100 340	3 926 293	(10.4%)
Taxa de juros de avaliação 1% de redução	183 540 277	5 310 623	12.6%
Aumento de 1% na pensão	178 541 875	4 953 518	9.5%
Pension 1% de redução	149 490 139	4 174 513	(8.3%)
Mortalidade pós-aposentadoria (2 anos mais jovem)	168 895 264	4 664 073	3.6%

iii. Perfil de maturidade

Período	Membros pensionistas e membros activos (% do passivo)
2021 – 2025	5%
2026 – 2030	20%
2031 – em diante	75%

Os benefícios de curto prazo dos empregados são compostos por salários e utilidades, mencionados na nota 7.

## 24. Classificações Contabilísticas e justo valor

A tabela a seguir mostra as quantias escrituradas e o justo valor dos passivos financeiros, incluindo a sua hierarquia de justo valor. Não inclui informações sobre o justo valor dos passivos financeiros não mensurados ao justo valor, se o valor escriturado for uma aproximação razoável do justo valor.

### 30 de Junho 2020

#### Passivos financeiros não mensurados ao justo valor (USD)

	Nota	Quantia escriturada		Nível 1	Justo Valor		
		Outros Passivos Financeiros	Total		Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos Bancários	18	-	-	-	-	-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	Nota	Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Cientes	14	8 818 581	8 818 581	-	8 818 581	-	8 818 581
Caixa e Equivalentes de Caixa	15	134 037 852	134 037 852	-	134 037 852	-	134 037 852
		<u>142 856 433</u>	<u>142 856 433</u>	<u>-</u>	<u>142 856 433</u>	<u>-</u>	<u>142 856 433</u>

### 30 de Junho 2019

#### Passivos financeiros não mensurados ao justo valor (USD)

	Nota	Quantia escriturada		Nível 1	Justo Valor		
		Outros Passivos Financeiros	Total		Nível 2	Nível 3	Total
Empréstimos Bancários	18	4 562 655	4 562 655	-	4 562 655	-	4 562 655
		<u>4 562 655</u>	<u>4 562 655</u>	<u>-</u>	<u>4 562 655</u>	<u>-</u>	<u>4 562 655</u>
	Nota	Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Cientes	14	4 366 354	4 366 354	-	4 366 354	-	4 366 354
Caixa e Equivalentes de Caixa	15	167 364 010	167 364 010	-	167 364 010	-	167 364 010
		<u>171 730 364</u>	<u>171 730 364</u>	<u>-</u>	<u>171 730 364</u>	<u>-</u>	<u>171 730 364</u>

## Mensuração do justo valor

Tipo	Avaliação Técnica	Contribuições significativas não observáveis
Empréstimos bancários (Outros passivos financeiros)	Descontado do fluxo de caixa	Não aplicável

## 25. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital relativos a investimentos autorizados à data de relato, são os seguintes:

Tempo estimado das despesas	2020	2019
	USD	USD
Dentro de um ano	8 662 679	33 584 109
2 - 5 anos	23 576 509	3 614 709
	<b>32 239 188</b>	<b>37 198 818</b>

Junho 2020	Compromissos autorizados de capital bruto	Autorizados e contratados	Dentro de um ano, Autorizados e não contratados
	USD	USD	USD
<b>Projectos Operações Conjuntas não-incorporadas (JO)</b>			
<i>PPA - PPA Infill Wells (Tranche 1)-Well Y</i>	5 633 824	3 996 370	1 637 453
<i>PPA - PPA Infill Wells (Tranche 2)</i>	19 951 647	7 266 240	12 685 228
<i>Meric Drilling Campaign</i>	1 922 786	6 559 328	(4 636 542)
<i>PPA Water Disposal</i>	434 956	65 044	369 912
Outros projectos	3 709 592	692 683	3 016 910
<b>Custos administrativos da CMH</b>			
Por aquisição de activos fixos tangíveis	586 383	-	586 383
	<b>32 239 188</b>	<b>18 579 665</b>	<b>13 659 344</b>

Junho 2019	Compromissos autorizados de capital bruto	Autorizados e contratados	Dentro de um ano, Autorizados e não contratados
	USD	USD	USD
<b>Projectos Operações Conjuntas não-incorporadas (JO)</b>			
<i>PPA- Long Term Service Providers workshops</i>	710 687	-	710 687
<i>PPA- Main Gate Security and Induction Building</i>	660 825	-	660 825
<i>PPA - SPT Special Tools and Equipment Store</i>	28 095	-	28 095
<i>PPA - PPA Infill Wells (Tranche 1)-Well Y</i>	6 678 573	507 018	6 171 555
<i>PPA - ENH Gas Inlet Pressure</i>	293 892	129 246	164 646
<i>PPA - LP Compression Phase 3</i>	5 012 484	892 368	4 120 116
<i>PPA - Crise Management Meeting Room</i>	16 669	-	16 669
<i>PPA - SPT Laboratory Information Mgmt System</i>	11 819	-	11 819
<i>PPA - U60 Fuel Gas Auto Venting</i>	77 169	-	77 169
<i>PPA - PPA Infill Wells (Tranche 2)</i>	6 233 112	1 993 607	4 239 505
<i>Meric Drilling Campaign</i>	10 460 344	4 145 392	6 314 952
<i>PPA - Infield Compression</i>	6 629 604	949 685	5 679 919
<i>PPA - Erosion Probes</i>	85 545	39 609	45 936
<i>PPA - Security Upgrade</i>	300 000	-	300 000
	<b>37 198 818</b>	<b>8 656 925</b>	<b>28 541 893</b>

O saldo acima mencionado corresponde a 25% da despesa de capital do consórcio (JO).

## 26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

### Gestao de risco financeiro

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Entidade. Os riscos da Entidade estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Entidade, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Entidade.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer e controlar os riscos de gestao da empresa.

As políticas de gestão de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são Reexpressos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Entidade. A Entidade, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Entidade supervisiona como a direcção monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Entidade.

### 26.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações nos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a entidade está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A entidade desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

#### 26.1.1 Risco Cambial

A Entidade incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Entidade realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical.

#### Exposição ao risco cambial

A exposição da Entidade ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

	2020 MT	2019 MT
Fornecedores	(806 265)	(4 674 929)
Caixa e equivalentes de caixa	41 567 958	10 893 133
	40 761 693	6 218 204

As taxas de câmbio significativas foram aplicadas durante o ano:

Data de Relato	Taxa média		Taxa à vista	
	30 de Junho 2020	30 de Junho 2019	30 de Junho 2020	30 de Junho 2019
MT por USD	65.31	62.20	70.80	62.12

### Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte-americano nas exposições da moeda estrangeira da Entidade, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 5 758 (2019: USD 426). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

### 26.1.2 Risco da taxa de juro

A Entidade está exposta às alterações da taxa de juro sobre os seus empréstimos. A Administração adopta a política de assegurar que os seus empréstimos apresentem taxas de mercado de referência para avaliar o risco da taxa de juro.

	Quantia escriturada	
	2020 USD	2019 USD
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
Depósitos a taxa fixa	106 291 181	123 924 785
Passivos Financeiros	-	(4 562 655)
	<u>106 291 181</u>	<u>119 362 130</u>
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Passivos Financeiros	-	(2 261 859)

### Análise de Sensibilidade

Uma diminuição ou um aumento de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da entidade teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital próprio dos accionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 27 955 (2019: USD 656). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

### 26.1.3 Risco de preço de commodities

A empresa está exposta a mudanças nos preços de petróleo e gás no mercado internacional. Uma redução de 1% no aumento dos preços teria efeito de aumentar ou diminuir o patrimônio líquido e o lucro após impostos em \ Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

### 26.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

A Administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de crédito. A exposição ao crédito é limitada quando as contas a receber da Entidade são devidas somente pelo parceiro da entidade comum. As outras contas a receber dizem respeito às partes relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro no balanço. A Administração trabalha com instituições financeiras com boa reputação para gerir o risco de crédito relacionado com os saldos bancários.

#### Exposição ao Risco de Crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

	2020 USD	2019 USD
Clientes e outros devedores (Nota 14)	8 818 851	4 366 354
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	134 037 852	167 364 010
Exposição líquida	142 856 703	171 730 364

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited.

A maturidade de saldo dos clientes à data de relato era:

	2020 USD	2019 USD
Não vencido	8 818 851	4 366 354

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar provisão para imparidade de clientes. A Sasol Gas Limited representa 86% (2019: 84%) do crédito da empresa e 79% (2019: 0%) dos clientes devedores em 30 de Junho 2020. A Sasol Gas limited tem mais de 10 anos de negócio com o consórcio.

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

A abordagem da Empresa no que respeita à gestão de risco de liquidez é de assegurar, tanto quanto possível, que tenha sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando devidas, quer em condições normais ou de tensão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou criar danos à reputação da Empresa. O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo.

Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço de obrigações financeiras.

As maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo as datas de pagamento estimadas são as seguintes

	Quantia escriturada USD	Fluxo de Caixa Contratual USD	6 meses ou menos USD	06-12 Meses USD	1-2 anos USD	2-5 Anos USD
<b>30 de Junho de 2020</b>						
Passivos financeiros não derivados						
Empréstimos bancários com garantias	-	-	-	-	-	-
Cientes e outros devedores	(4 589 551)	(4 589 551)	(4 589 551)	-	-	-
	<b>(4 589 551)</b>	<b>(4 589 551)</b>	<b>(4 589 551)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	Quantia escriturada	Fluxo de Caixa Contratual	6 meses ou menos	06-12 Meses	1-2 anos	2-5 Anos
	USD	USD	USD	USD	USD	USD
<b>30 de Junho de 2019</b>						
Créditos bancários financeiros não- derivados	(4 562 655)	(4 562 655)	(4 562 655)	-	-	-
Empréstimos bancários com garantias						
Clientes e outros devedores	(4 203 680)	(4 203 680)	(4 203 680)	-	-	-
	<u>(8 766 335)</u>	<u>(8 766 335)</u>	<u>(8 766 335)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

## 27. Eventos Subsequentes

Após 30 de junho de 2020 até à data de relato, não existem eventos significativos ocorridos que possam necessitar de divulgação ou ajuste nas demonstrações financeiras. No entanto, as incertezas causadas pelo Covid-19 à economia global ainda prevalecem.

A empresa actua no sector de petróleo e gás e a demanda por suas commodities é consistente e as vendas estão sendo realizadas conforme acordos de vendas confirmados da operação conjunta com os clientes. O sector de petróleo e gás sempre teve uma boa demanda. Não há perdas possíveis para a empresa devido ao eventual diferimento do pagamento por parte dos clientes. Nunca houve bloqueio em Moçambique devido ao Covid-19 e todas as entidades estão em operação. Não há problemas com relação a suprimentos essenciais, o comércio transfronteiriço também está aberto e a empresa está obtendo lucros. A Operação conjunta está mantendo suas próprias operações e não há dependências significativas de nenhum provedor de serviços. O fornecimento contínuo de gás é do interesse do país.

O impacto do coronavírus está sendo monitorado de perto e as medidas de precaução necessárias foram postas em prática para cumprir as instruções do governo para mitigar qualquer possível impacto negativo da pandemia do vírus Corona nas operações. Como o consumo de gás não é significativamente afetado pelos usuários finais, há poucas chances de que essa pressão contínua nos mercados globais, como resultado da pandemia de Covid-19, leve a quaisquer perdas de mercado.

À luz do acima exposto, a gestão reavaliou a adequação do uso do pressuposto de continuidade operacional na preparação destas demonstrações financeiras. Com base na avaliação realizada, a gestão é da opinião que as incertezas actuais relacionadas ao vírus do Covid-19 actualmente não resultam em uma incerteza material relacionada a tais eventos ou condições que podem lançar dúvidas significativas sobre a capacidade da empresa de continuar em funcionamento preocupação. O Conselho de Administração concorda com esta avaliação.